UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

MOSTRAR E DIZER: LINGUAGEM E REALIDADE NO TRACTATUS

Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, por Bernardo Gonçalves Alonso, para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Orientador: Maria Clara Dias

Rio de janeiro, RJ – BRASIL
NOVEMBRO DE 2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de testemunhar minha gratidão e reconhecimento à professora Maria Clara Dias, por sua valiosa orientação, ao professor Wilson Mendonça, pelas críticas e sugestões, a CAPES, pela bolsa de pesquisa, à minha esposa Alessandra Portugal, pela generosidade, incentivo e paciência e aos meus filhos, pela inspiração.

ABSTRACT

The aim of this work is to preserve the *saying* / *showing* tractarian distinction from the *New Wittgenstein* reading, which defends, among other things, that the *Tractatus* contains only strings of plain nonsense. The author presents a brief exposition of the ontology and the language systems of the *Tractatus*. Than he tries to interrelate three core theses, the analyticity theses, the contingency theses and the independency theses as unified by the picture theory. The latter provides the account of an elementary proposition, subject to the constraint that a proposition must show its sense. This work recognizes (without evaluating) the late Wittgenstein's objections, but also recognizes that those objections relate to important philosophical theses, not to pure nonsense.

SUMÁRIO

1. Introdução.....05
2. Ontologia.....09
2.1 Introdução à Ontologia do *Tractatus*.....09
2.2 Combinação de objetos e estados de coisas.....13
2.3 Substância.....16
2.4 Nominalistas *versus* Realistas.....19
2.5 Hertz, Boltzman, Hilbert e Kant.....23
3. Linguagem.....28
3.1 Introdução ao sistema de linguagem do *Tractatus*.....28
3.2 A proposição como modelo do fato.....38
3.3 Frege, Sentido e Significado.....43
4. Mostrar, Analiticidade, Contingência e Independência.....50
4.1 Mostrar, Expressão e Símbolo.....53
4.2 Análise.....58
4.3 Contingência.....68
4.4 Independência.....72
4.5 Abandono do Atomismo Lógico.....76
5. Conclusão.....81
Bibliografia.....86

1. Introdução

Esta é a primeira de cinco partes deste trabalho. A segunda introduz a ontologia do *Tractatus Lógico-Philosophicus*1 ao realizar um exercício quase exegético de seleção dos aforismos que interessam à defesa desta dissertação. A terceira faz um inventário, à mesma moda, do que diz respeito ao sistema de linguagem. A quarta parte concentra os argumentos desta defesa. A quinta e ultima parte compreende a conclusão e demais considerações finais. Caso este modo de apresentação, de caráter fundamentalmente dissertativo, obtiver sucesso, cada seção deste trabalho terá reconhecidamente uma função bem definida na composição da defesa desenvolvida no capítulo quatro. Para tanto, será necessário dizer qual a tese a ser defendida, de maneira clara e direta, para que possamos compreender as implicações de cada interpretação para cada aforismo citado.

Será defendido que três importantes teses do *Tractatus*, a saber, as teses da analiticidade, da contingência e da independência dependem da tese de que uma proposição *mostra* o seu sentido. A proposição é num certo sentido um fato como os outros, um agenciamento de elementos, mas tem algo a mais: *diz* alguma coisa. “Dizer” (*Sagen*) – no sentido técnico em que o *Tractatus* emprega o termo: dizer um fato – pois não se pode dizer senão os fatos e os estados de coisas – por meio de objetos, é representá-lo à maneira de uma imagem (*Bild*) que tem a mesma forma lógica que o fato ou o estado de coisas representado. Ao dizer o fato, a proposição *mostra*, sem poder dizê-la, a estrutura que tem em comum com o fato descrito. A interpretação defendida nesta dissertação parte do pressuposto que Wittgenstein dá andamento a questões filosóficas genuínas e dá prosseguimento a importantes teses em ambas as fases de seu pensamento. Este tipo de abordagem tem como suporte autores como Peter Hacker, Fogelin, Kenny, Max Black, Ian Proops e Griffin, entre outros, mas é também combatida por importantes autores como Cora Diamond, Connant, Kremer, Goldfarb, Rickett, Putnam e Floyd. Espero que até à conclusão

1 Wittgenstein (1994).

fique claro porque a interpretação que é dada ao *Tractatus Logico-Philosophicus* nesta dissertação tenta defender o ponto de vista do primeiro e não do segundo grupo.

Esta dissertação pretende salvaguardar a noção de que uma proposição *mostra* o seu sentido contra uma nova e devastadora interpretação do *Tractatus*, que vem sendo propagada pelo segundo grupo mencionado2. Estes sugerem, guardadas as diferenças entre suas interpretações, que tanto o primeiro quanto o segundo Wittgenstein teriam uma concepção deflacionária da Filosofia, de acordo com a qual o autor em questão não tem questões filosóficas genuínas e não dá andamento a nenhuma tese. No caso específico do *Tractatus*, algumas críticas são devastadoras, ao apontarem para o fato de que, à exceção de algumas indicações de "efeito" que sugerem como o livro deve ser lido, a obra do jovem Wittgenstein não passa de um amontoado de puro *nonsense*3. "Puro" porque não se refere a algum tipo de *nonsense* profundo e iluminador que de alguma forma poderia "apontar" para algo que não pode ser colocado em palavras, não indica de uma maneira indireta para a capacidade da linguagem em mostrar algo que não pode ser dito. Ao invés disso, mesmo as observações sobre a doutrina do *mostrar* devem ser, por fim, abandonadas ao status de contra-sensos. Nessa dimensão, ao lermos o *Tractatus* supostamente teríamos que "atravessar" o amontoado de sentenças *nonsense*, nos esforçando para que façam sentido, apenas para experimentá-las "se dissolvendo a partir do interior"4. Por meio de um processo, que alguns autores chamaram de "dialético"5, o leitor supostamente pode desmascarar o contra-senso disfarçado que constitui o "corpo" do *Tractatus*6. A mais influente autora do mencionado segundo grupo, Cora Diamond, diz, entre muitas outras coisas, por exemplo, que o *nonsense* tractatiano possui suficiente poder de sugestão de ordem psicológica para causar uma ilusão de sentido, de que o *Tractatus* faz sentido, o que a autora chama de efeito *ironically self-destructive*7. Para autores que compartilham do

2 Diamond (1988, 1991 e 2000), Conant (1992, 1993, 1995, 2000), Kremer (1997, 2001), Goldfarb (1997) Floyd (1998).
3 Diamond (1991: 181).
4 "dissolving from inside", Conant (1989b: 339).
5 Floyd (1998: 82).
6 Conant (1989b: 346).
7 Diamond (1991: 198).

ponto de vista de Diamond, o valor do *Tractatus* está em facilitar o auto conhecimento e trazer um certo alívio diante da perplexidade filosófica e nada além, como uma espécie de terapia.

De qualquer maneira, caso a tese defendida no capítulo quatro proceder, o que estará em jogo, em última análise, é que o veículo do *mostrar* é usualmente dito no *Tractatus* como sendo característica de um sinal distintivo de uma linguagem com sentido. Frege postulara8 , como veremos na seção 3.4 do capítulo terceiro, que um conceito deve possuir "limites bem definidos", isto é, que sua definição deve "determinar de forma não ambígua, para qualquer objeto, se ele cai ou não sob o conceito". Para ele um conceito sem uma definição precisa não é um conceito genuíno. Uma das motivações por detrás dessa idéia é o princípio da bivalência: toda sentença deve ser determinadamente verdadeira ou falsa. Outra motivação seria o fato de que Frege trata os conceitos como funções, sendo uma função matemática definida somente se o seu valor é estipulado de forma inequívoca para cada argumento. Por fim, para Frege o sentido de uma expressão complexa é função dos sentidos de seus elementos constituintes, o que significa que a indeterminabilidade é transmissível. Para evitar a vagueza, uma definição deve ser completa: deve determinar para cada objeto se cai ou não sob o conceito, quaisquer que sejam os fatos.

Wittgenstein absorveu o ideal fregiano da determinabilidade do sentido, bem como a exigência de completude para definições. No entanto, enquanto para Frege e Russell a vagueza da linguagem natural é vista como um defeito a ser evitado por meio de uma linguagem ideal adequada aos propósitos científicos, para o *Tractatus* ela é um fenômeno de superfície, isto é, um fenômeno que a análise revela ser apenas superficial, como veremos na seção 4.2 do capítulo quarto. Embora uma proposição possa deixar algumas coisas em aberto, para que o faça, deve ser determinadamente indeterminada, isto é, é preciso que esteja estabelecido o âmbito preciso que ela deixa para os fatos, como será exposto ao longo do capítulo três. A proposição "O relógio está sobre mesa" deixa em aberto a localização precisa do relógio, no entanto, deve definir de forma nítida os possíveis

8 Frege (1964, II: 56-64).

lugares que ele pode ocupar. Assim sendo, a análise lógica revela tratar-se aqui de um enunciado indicativo de que há dois objetos de determinados tipos que mantêm entre si certa relação espacial, dentre as várias que poderiam manter. Mesmo que isso se torne problemático sob algum ponto de vista, pois talvez não fique claro o que exatamente pode ser considerado estar sobre a mesa. Wittgenstein insiste, no entanto, que aquilo que se quer dizer ao se produzir a sentença em uma ocasião específica deve ser sempre perfeitamente claro. As implicações de uma determinada proposição devem ser estabelecidas de antemão por seu sentido.

Para passarmos logo ao primeiro capítulo, é importante assinalar que a tese de que uma proposição mostra o seu sentido, como será demonstrada ao longo do capítulo quatro, exerce um papel crucial para a tese da validade geral da necessidade lógica no *Tractatus*. A determinabilidade de sentido (seção 4.1), a possibilidade da eliminação de símbolos não primitivos e a tese da analiticidade (seção 4.2) funcionam como corolários para a tese de que uma proposição mostra o seu sentido e, portanto, dão andamento a questões filosóficas genuínas e prosseguimento a pelo menos uma importante tese. A teoria pictórica, exposta ao longo do capítulo três e mais especificamente na seção 4.3 do capítulo quarto, emerge como o único mecanismo capaz de dar conta de que proposições elementares expressam sentido, noção encerrada na tese de que uma proposição mostra o seu sentido. A tese da analiticidade e a teoria pictórica asseguram as teses da contingência e da independência.

2. Ontologia

2.1 Introdução à Ontologia do Tractatus

Nesta seção passaremos ao exame de alguns aforismos referentes à ontologia do *Tractatus-Logico-Philosophicus*:

(1) O mundo é tudo o que é o caso 9.

(1.1) O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas.

Isso não quer dizer que Wittgenstein nega que há coisas no mundo, ao invés disso quer dizer que coisas podem existir somente combinadas em fatos, que se esgotam metafisicamente por estarem assim combinadas, em fatos.

(1.11) O mundo é determinado pelos fatos, e por serem *todos* os fatos.

Em (1.1) é dito que o mundo é a totalidade dos fatos, em (1.11) Wittgenstein enfatiza - *todos* os fatos, deixando claro que o mundo não é apenas mais um fato entre outros, mas a totalidade dos fatos e:

(1.12) Pois a totalidade dos fatos determina o que é o caso e também tudo o que não é o caso.

E completa a primeira série de aforismos dizendo que:

(1.21) Algo pode ser o caso ou não ser o caso e tudo o mais permanece na mesma.

9 Números entre parênteses referem-se, a menos que se indique o contrário, às proposições numeradas do *Tractatus*. Wittgenstein (1994).

Fatos são entidades distintas que juntas, na *totalidade*, constituem o mundo.

(2.061) Os estados de coisas são independentes uns dos outros.

Mas como podem os fatos serem independentes uns dos outros e ainda assim estarem relacionados? A resposta pode ser dada se tomamos duas situações, quaisquer que sejam, P e Q, e dizemos que "P é o caso e Q não é o caso", por exemplo, deve haver uma conexão, uma conexão lógica entre esses dois fatos que permite que eles sejam considerados em relação um com o outro. Essa relação lógica mantém-se à par da independência10 dos fatos, de P indicar, por exemplo que "Wittgenstein é filósofo" e Q indicar que "Bernardo não é músico", à par da contingência de serem ou não o caso, pois para os fatos determinarem o mundo eles devem estar em relação uns com os outros, numa conexão necessária, lógica. Não coloquemos o carro na frente dos bois. Consideremos a proposição:

(2) O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas.

O plural *estados de coisas* indica que o fato é complexo. "A fralda do neném está suja", "Brasília é a capital do Brasil", estes fatos são complexos. Brasília é localizada no Distrito Federal que fica na região centro-oeste do Brasil, que é o maior país da América do Sul, que faz fronteira com tais e tais países.... Para que o fato exista uma série de outros fatos devem existir, uns em relação com os outros. Se dissecarmos os fatos, ou a proposição que indica os fatos, chegamos, via processo de *análise*11, aos estados de coisas, *states of affairs*, *Sachverhaltes*. Estados de coisas são fatos simples12, fatos são grupos de estados

10 "Os eventos do futuro, não podemos derivá-los dos presentes. A crença no nexo causal é a superstição" (5.1361) e ainda "A lei da causalidade não é uma lei, mas a forma de uma lei" (6.32). A causalidade, como a lógica, não é algo verdadeiro sobre o mundo, mas nos dá a forma para descrever o mundo.

11 Segundo Pears (1987: 1-34), o uso vem de Russell (1918).

12 Atômicos.

de coisas em relação uns com os outros. É importante ressaltar a distinção entre “coisas” e “objetos”. Fatos consistem em complexos de *coisas*, enquanto estados de coisas atômicos consistem em *objetos* simples: (2.03) “No estado de coisas os objetos que se concatenam, como os elos de uma corrente” e (2.031) “No estado de coisas os objetos estão uns para os outros de uma determinada maneira”. E ainda (2.032) “A maneira como os objetos se vinculam no estado de coisas é a estrutura do estado de coisas”. Fatos complexos, macro, não são independentes uns dos outros, são verdadeiros apenas se um conjunto de outros fatos possuir determinado valor de verdade, enquanto estados de coias são independentes uns dos outros.

Os objetos podem ser entendidos como constituintes logicamente simples do mundo.

(2.02) O objeto é simples.

No *Tractatus*, “coisa” é um termo mais geral, que se refere a objetos, mas também se refere a coisas mais mundanas, complexas, já o objeto é sempre simples.

> (2.0122) A coisa é auto-suficiente, na medida em que pode aparecer em todas as situações *possíveis*, mas essa forma de auto-suficiência é uma forma de vínculo com o estado de coisas, uma forma de não ser auto-suficiente. (É impossível que palavras intervenham de dois modos diferentes, sozinhas e na proposição).

Os fatos P e Q são independentes um do outro na medida em que os objetos que neles estão combinados possam ou não estar combinados de fato, mas eles são logicamente conectados através da possibilidade de ocorrência de tais objetos nos fatos P e Q. Na perspectiva do *Tractatus* não se atribui aos objetos quaisquer propriedades além das que decorrem de um sistema de combinações que mantém entre si e isso é muito importante

para que, no final desta dissertação, compreendamos em que perspectiva podemos dizer que há uma unidade entre lógica e linguagem, pois para Wittgenstein o que importa é saber sobre a sintaxe lógica das combinações admissíveis de objetos.

Podemos dizer que os objetos atuam como pontos de referência fixos para as expressões simples da linguagem, com o que se fixa o significado13 de todas as expressões.

> (2.1514) A relação afiguradora consiste nas coordenações entre os elementos da figuração e as coisas.

Os objetos seriam os elementos invariáveis que têm a capacidade de construírem um sistema fixo de referência para a operação da linguagem, independente de tudo o que possa ser contingente no caso da realidade.

2.2 Combinação de objetos e estados de coisas

13 *Bedeutung* – Mais adiante, na exposição do sistema de linguagem do *Tractatus*, a importante distinção entre sentido e significado será exposta. No entanto é importante salientar que nem o sentido nem o significado de uma proposição é um objeto. Resumidamente, o significado de "p" não é seu valor de verdade, mas o fato que a ele corresponde na realidade, o sentido de uma proposição é "aquilo que representa" uma situaçao possível, uma expressão de concordância e discordância com as possibilidades de existência e não-existência de estados de coisas.

Dissemos anteriormente que não se atribui aos objetos quaisquer propriedades além das que decorrem de um sistema de combinações. Mas o que seriam tais combinações? Robert Fogelin sugere um diagrama que consiste em tomar a combinação de objetos em estados de coisas como análoga à determinação de regiões geométricas por meio de um sistema de coordenadas14.

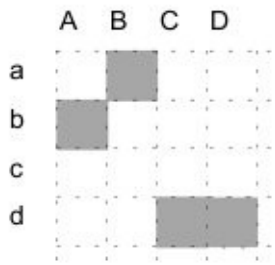

figura 1

No diagrama da figura 1 estão representadas duas classes distintas de objetos - *A, B, C, D...* e *a, b, c d...* - gerando um espaço lógico, uma malha que se estende para baixo e para a direita, representando todas as possibilidades de combinação de objetos definidas nesse espaço. Os quadrados sombreados representam combinações efetivamente realizadas. Nesse caso, o mundo inscrito nessa configuração de possibilidades serão os fatos atômicos considerados em sua totalidade, *todos* os quadrados sombreados da malha.

> (2.011) É essencial para uma coisa poder ser parte constituinte de um estado de coisas.

14 Fogelin (1996: 7-8).

Os fatos não existem no espaço lógico no mesmo sentido em que os objetos, *A, a, B, b...* existem. Os objetos são condições de possibilidade e existência do espaço lógico, já a questão sobre o que é o estado de coisas *aB* ou *aC* ou se eles subsistem no espaço lógico é meramente informativa. Com a ajuda do diagrama de Fogelin podemos indicar facilmente *aB* e *aC* e afirmar que *aB* é um fato atômico, enquanto *aC* não, pois não está efetivamente realizado. Por outro lado, se considerarmos o objeto *c* isoladamente15, notaremos, através do diagrama, que este não aparece efetivamente combinado em nenhum estado de coisas, mas isso não altera a realidade ontológica desse objeto, pois essa realidade consiste no campo inalterável de realidades combinatórias cobertas pelo objeto. A questão de quantas e quais são as combinações de que um objeto efetivamente participa não tem qualquer implicação para a sua identidade, são propriedades que não afetam sua natureza.

Tomemos a proposição, bem mais avançada na ordem de exposição do *Tractatus*:

> (4.123) "Uma propriedade é interna se é impensável que seu objeto não a possua".

Essas propriedades, no caso dos objetos, propriedades que definem sua natureza, são as possibilidades de ocorrência em estados de coisas. Voltemos até (2.0123) "Se conheço o objeto, conheço também todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas. (cada uma dessas possibilidades deve estar na natureza do objeto.) Não se pode encontrar depois uma nova possibilidade" 16. No caso dos objetos, tomados em seu sentido estrito, as propriedades que definem a sua natureza, ou propriedades *internas*, são, mais uma vez, as possibilidades de ocorrência em estados de coisas, e as propriedades *externas* são as que decorrem de alguma ocorrência factual em combinações, propriedades que contingentemente pode apresentar. Logo em seguida, em (2.032) e (2.033), outra noção

15 Fogelin (1996: 8).

16 Apesar de ser enfadonha a tarefa de exaustivamente fazer citações das proposições do *Tractatus*, não vejo outra maneira de melhor elucidar os pontos necessários para fazer valer os argumentos desta dissertação, à moda dos inúmeros comentadores e pesquisadores de Wittgenstein.

importante é apresentada, a de *forma* de um objeto. Convém apresentá-la agora, pois, no *Tractatus*, a noção de *forma* está sempre associada a um campo de possibilidades, enquanto a noção de *estrutura* restringe-se a configurações efetivamente existentes.

> (2.032) A maneira como os objetos se vinculam no estado de coisas é a estrutura do estado de coisas.
>
> (2.033) A forma é a possibilidade da estrutura.

Ora, mas se tomamos a seguinte proposição, anterior as duas recém citadas: (2.0141) “A possibilidade de seu aparecimento em estados de coisas é a forma do objeto.”, onde a forma de um objeto é definida como a coleção de possibilidades de estruturas que ele tem em si escritas, segue-se que a forma do objeto é o que define sua essência, pois como vimos acima, são justamente as propriedades internas do objeto que são suficientes para a sua completa caracterização.

A conseqüência disso é que o espaço lógico será coberto por uma extensa rede formal de relações, pois se caracteriza um objeto por sua forma ao se fazer referência necessária a outros objetos e assim por diante. E se (2.034) “A estrutura do fato consiste nas estruturas dos estados de coisas”, ao determinar a rede de possibilidades dos fatos atômicos o conjunto dos objetos determina o sistema de todas as possíveis situações que compõem o espaço lógico.

2.3 Substância

(2.021) Os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos.

E a substância é definida em:

(2.024) A substância é o que subsiste independentemente do que for o caso.

Essa definição convém ao sistema de objetos, que permanecem inalterados sejam quais forem as configurações de que estejam participando, sejam quais forem as combinações que contingentemente estejam efetivadas.

(2.0272) A configuração dos objetos constitui o estado de coisas.

(2.04) A totalidade dos estados existentes de coisas é o mundo.

O mundo é uma manifestação acidental. Há um substrato inalterável formado pelo sistema de objetos que determina o campo de possibilidades de estruturas. O mundo concretiza algumas dessas possibilidades. Todas as possibilidades concretizadas consideradas são o mundo. Todas as possibilidades, concretizadas ou não, chamamos a forma do mundo. E conjuntamente com:

(2.022) É óbvio que um mundo imaginário, por mais que difira do mundo real, deve ter algo – uma forma – em comum com ele.

Concluímos que outras possibilidades poderiam ser concretizadas em outros mundos possíveis, mas cada um deles deve compartilhar da mesma forma do mundo, do mesmo substrato inalterável.

(2.0201) Todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desses complexos e nas proposições que os descrevem completamente.

(2.021) Os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos.

É fundamental para a compreensão do sistema da ontologia do *Tractatus* tentar entender por que Wittgenstein antecipa algumas importantes considerações acerca do sistema de linguagem, assim como, nos aforismos mais adiantados, sobre a linguagem, retorna à ontologia em alguns casos. Questões como às acima são conceitualmente interligadas. Toda a proposição sobre um complexo implica uma proposição que afirma que o complexo existe. Ao traduzirmos isso em termos ontológicos, temos que todo o fato que envolve um complexo entre seus constituintes pressupõe o fato da existência de seu complexo17. Pode soar trivial, mas o sistema é incrivelmente bem elaborado e dialoga com problemas da antiguidade, nesse caso específico, o da divisibilidade *versus* fundamento18. A existência de complexos é contingente; e dos objetos, substâncias do mundo não. Há mundos possíveis em que determinados complexos não existem. Sem problemas, um complexo não faz parte da substância imutável do mundo, ou melhor, de todos os mundos, já que está estabelecido em (2.022) que cada um dos mundos possíveis deve compartilhar da mesma forma. No entanto o problema é que, caso fôssemos buscar os elementos da substância do mundo entre os constituintes cuja articulação produz um complexo e, entre eles, estivesse outro complexo, a existência do complexo original estaria na dependência de outro complexo e isso poderia estender-se *ad infinintum.* Nesse caso uma forma comum a todos os mundos deixa de ser possível.

17 Marques (1998: 88).

18 Encontramos inúmeras referências sobre o problema da divisibilidade *ad infinitum*, entre os casos mais importantes poderíamos citar o argumento do primeiro motor de Aristóteles, o argumento cosmológico de São Tomás de Aquino e a antinomia da razão pura de Kant. Na filosofia contemporânea o problema é abordado por filósofos da mente que tem por temática o fisicalismo, eminentemente por Ned Block (1997), Jonathan Schaffer (2003) e Barbara Montero (2006).

2.4 Nominalistas *versus* Realistas

Outro problema importante concernente à ontologia do *Tractatus* se apresenta quando comentadores importantes discorrem sobre a estratificação categorial do domínio dos objetos, ao proporem tipos lógicos em que eles se distribuem e suas regras de

combinação, reacendendo a antiga querela dos universais19. No entanto, o problema parece insustentável frente aos aforismos seguintes:

> (5.55) Devemos agora responder a priori à questão de quais sejam todas as formas possíveis de proposições elementares. A proposição elementar consiste em nomes. Como não podemos, porém, especificar o número dos nomes com significados diferentes, tampouco podemos especificar a composição da proposição elementar.
>
> (5.554) A especificação de qualquer forma especial seria completamente arbitrária.
>
> (5.557) A *aplicação* da lógica decide a respeito de quais proposições elementares existem. O que vem com a aplicação, a lógica não pode antecipar. Isto é claro: a lógica não pode colidir com sua aplicação. Mas a lógica deve manter contato com sua aplicação. Portanto, a lógica e sua aplicação não se podem sobrepor.

Tentar definir um sistema categorial dos objetos do *Tractatus* em termos ontologicamente específicos, como na discussão se tais objetos são apenas particulares ou incluem também universais, parece gerar um contra-senso.

> (5.5571) Se não posso especificar a priori as proposições elementares, querer especificá-las deve redundar em contra-senso manifesto.

Frank Ramsey20, em célebre artigo acerca da querela dos universais, sugere que toda teoria ligada a essa distinção decorre exclusivamente de se tomar erroneamente como uma característica da realidade algo que é simplesmente uma característica superficial de nossa linguagem.

19 Anscombe (1973) e Stenius (1981).
20 Ramsey (1925).

Voltemos até (2.03) “No estado de coisas os objetos se concatenam, como elos de uma corrente.” - Os constituintes de um estado de coisas não estão conectados por algo que seria uma contrapartida real da cópula da antiga lógica, que conecta um sujeito e um predicado em uma proposição.

Os sistemas de Frege e de Russell dos *Principia* também realizaram a eliminação da cópula, porém a conexão entre os elementos da proposição destes é estabelecida por um dos constituintes, que seria um tipo de “universal”, um tipo especial, uma entidade insaturada, uma espécie de plug fêmea21. Para Ramsey, Wittgenstein apresenta uma teoria original de que não há nem cópula, nem constituinte especial “provedor” da conexão no estado de coisas, mas que objetos estão ligados entre si de maneira direta, sem liames. Apenas sob a suposição de que há uma antítese fundamental entre entidades saturadas e insaturadas que se pode chegar sequer a formular a questão sobre se os objetos do *Tractatus* englobam entidades como particulares e universais. Ramsey tenta desmontar a controvérsia afirmando que tal suposição de uma antítese fundamental é uma pressuposição comum às posições “nominalistas” e “realistas”.

Sob uma perspectiva realista, se os objetos do *Tractatus* incluem o que Frege denominou *conceitos*, se fosse admitida uma distinção dos objetos em indivíduos, propriedades e relações, por que Wittgenstein então usou apenas o termo “objeto”, *Gegenstand*, deixando de lado a distinção entre *Begriff* e *Gegenstand*, fundamental ao sistema fregiano? Por outro lado, ao considerarmos a perspectiva nominalista, estipulando-se que todos os objetos são particulares, como poderíamos explicar a maneira pela qual eles poderiam se combinar logicamente uns com os outros sem que o papel integrador do universal, funcionando como um correlato da cópula ou um liame insubstancial que manteria os objetos coesos nos estados de coisas?

21 Com o perdão da metáfora.

Em seu livro *An Introduction to Wittgenstein Tractatus*, Elisabeth Anscombe apresenta uma boa solução. Ao perguntar o que teria acontecido com os "conceitos" de Frege na teoria do *Tractatus* de Wittgenstein, Anscombe diz que eles desaparecem completamente, ou melhor, fundem-se ao pano de fundo formal da matriz combinatória do espaço lógico. Mas a sua estratégia corre o risco de ruir sob uma arbitrariedade irredutível, já que, os objetos, tomados como puros particulares salpicados por sobre a rede lógica de "buracos" que é o espaço lógico, nada garantiria que objetos entrariam em certos buracos e não em outros. Os objetos considerados dessa maneira não apresentariam distinções formais entre si, nem se submeteriam ao requisito de entrar em combinações. Por outro lado, se assumimos que os objetos não são entidades que ingressam *a posteriori* em um espaço de possibilidades combinatórias previamente instituído, mas, antes, se considerarmos que os objetos carregam consigo uma margem, uma "vizinhança" de espaço lógico, podemos aproveitar a sugestão de Ascombe e conceber objetos como entidades que carregam consigo o espaço de suas combinações imediatas com outros objetos, de tal modo que a aglutinação de todos os objetos vem a compor o mosaico completo das possibilidades combinatórias que compõe o espaço lógico.

Infelizmente tais especulações, guardado o mérito teórico dos comentadores que tematizam sobre a estratificação categorial do domínio dos objetos, não deixam de reforçar os aforismos (5.55), (5.554) e (5.557), citados no início da presente seção, na medida em que não conseguimos extrair uma descrição da articulação dos objetos em estados de coisas. Porém, antes de avançarmos para a crítica tractatiana da linguagem, se faz oportuno considerar uma última e profícua abordagem ontológica, revigorada na filosofia contemporânea, do modelo fisicalista da constituição última do mundo, que tem como influência em Wittgenstein o modelo da mecânica proposto por Hertz em 189422.

22 Hertz (1985).

2.5 Hertz, Boltzman, Hilbert & Kant

De acordo com Hertz, em seus *Princípios da Mecânica*, formamos uma imagem (*Bilder*) dos objetos externos e a forma que damos a elas é tal que as conseqüências necessárias das imagens no pensamento são sempre as imagens das conseqüências necessárias na natureza das coisas retratadas. As imagens devem obedecer a tal requisito, porém este não determina de maneira inequívoca as imagens que podemos formar das coisas, ou seja, podemos construir diferentes imagens do mesmo objeto. Todas as imagens

que contradizem a lei do pensamento devem ser rejeitadas para que possamos postular as que sejam logicamente consistentes. E se duas imagens forem ao mesmo tempo logicamente consistentes e corretas ainda podem diferir. A mais apropriada expressa o maior número de relações essenciais dos objetos externos e reduz ao mínimo o número de relações vazias de tais objetos, relações vazias essas que não podem ser evitadas, pois pertencem a imagens e estas são produzidas por nossa mente, que as afeta necessariamente por seu modo particular de retratar as coisas23. É impressionante o paralelismo entre a teoria pictórica do *Tractatus* e as formulações de Hertz, como diz Griffin "The picture theory comes almost in its entirely from Hertz"24. No entanto, não é sobre a teoria pictórica da linguagem que estamos interessados, ainda, mas na ontologia.

Uma interpretação científica do *Tractatus* (Janik, Toulmin, Griffin, Harre), fazendo-se a devida salvaguarda do colossal engajamento de Wittgenstein nos projetos logicistas e filosóficos de Russell e Frege, pode ser iluminador para a compreensão de importantes pontos teóricos de sua obra. Em primeiro lugar é importante ressaltar que a extensão da interpretação de Wittgenstein à física alemã não constitui uma generalização simples e linear de seus conceitos. A empreitada de Wittgenstein toma a forma de um complicado procedimento conhecido entre os cientistas como "generalização racional" ou "método dos elementos ideais" de David Hilbert25. Hilbert define axiomaticamente um conceito de primeira ordem, um conceito estrutural, que subsiste nas fundações da abordagem estruturalista da filosofia da ciência contemporânea de maneira similar à noção de "forma" mencionada anteriormente. Na abordagem de Hilbert um sistema axiomático não é considerado um sistema de enunciados sobre um assunto, matéria ou fato positivo, mas um sistema de condições de relações estruturais.

23 Margutti Pinto, (1998: 83).
24 Griffin, (1969).
25 Parvu (2001: 262).

O procedimento da generalização racional se dá em dois passos: um ontológico e lógico, e outro transcendental e metafísico. A primeira etapa é chamada de "enriquecimento das ontologias", a extensão do "domínio do real" através de entidades ideais, "meros possíveis" que mantém intactas as leis científicas ou lógicas da teoria em questão. A segunda etapa é metafísica: ela muda, através de uma espécie de dúvida transcendental, a importância ontológica e a relação entre os níveis (do real e do ideal, ou meramente possível). A extensão ideal se torna a base, a condição de possibilidade para o domínio do real. É importantíssimo notar que tal procedimento envolve a interpretação estrutural de leis científicas e de como tal interpretação influenciou a noção da *Grundgedanke* tractatiana, e não passa, nem de longe, perto de qualquer forma de idealismo Husserliano. A primeira etapa é enriquecer a ontologia com estruturas para, na segunda etapa, reconhecer a interdependência e a interconectividade das coisas no mundo natural, o que uma teoria científica deve capturar26. Estruturas, não eventos, têm primazia ontológica. Estruturas possibilitam uma regularidade de padrões e fenômenos que podem ser observados no mundo.

O enriquecimento das ontologias com entidades meramente possíveis ou elementos ideais, sem realidade empírica, encontra correlato na idéia de Boltzmann de "hypothetical features added to experience, which are fashioned, as always, by transferring the laws we have observed in finite bodies to fictitious elements of our own making"27. Os "objetos elementares" não são apreendidos pela experiência, são postulados para a manutenção de um sentido universal e aplicabilidade de leis. Como coloca Harre28 "In short, the catalogue of elementary objects of the world is necessitated not by experience but by the forms of the laws themselves". Hertz parece compreender o procedimento da generalização racional com a mesma extensão ontológica:

26 Parvu (2001: 263).
27 Boltzmann (1974: 226).
28 Harre (2000: 5).

> If we try to understand the motions of bodies around us, and to refer then to simple and clear rules, paying attention only to what can be directly observed, our attempts will, in general, fail. We soon become aware that the totality of things visible and tangible do not form a universe comfortable to laws in which the same results always follows from the same conditions. We become convinced that the manifold of universe must be greater that the manifold of the universe which is directly revealed to us by our senses. If we wish to obtain an image of the universe which shall be well-rounded, complete and conformable to law, we have to presuppose, behind the things which we see, other, invisible things - to imagine confederates conceals beyond the limits of our senses29.

Esse "enriquecimento ontológico" tem como complemento intrínseco um momento lógico-formal: a homogeneização do domínio extenso é alcançada por um nível superior de abstração, no qual estão subsumidas ambas as entidades, reais e ideais. No caso de hertz e Boltzmann tal momento é atingido com a idéia do *phase space*30, no qual todos os possíveis estados de um sistema estão representados. No *Tractatus* nós temos o "espaço lógico" e, de acordo com Harre, também a tabela de verdade das proposições complexas como a "contrapartida formal" da ontologia. Esse nível de abstração não separa os tipos de entidades de acordo com critérios extrínsecos que não sejam determinados imanentemente pelas características da multiplicidade matemática31. Em particular a referência espaço-temporal – que na abordagem kantiana é realizada com apelo à intuição sensível – não mais cumpre o papel privilegiado da individuação. Desse modo nós podemos entender algumas importantes teses do *Tractatus* que fazem crítica ao argumento kantiano dos objetos incongruentes, como em (6.233) "A questão de saber se a solução dos problemas matemáticos requer intuição, deve-se responder que é precisamente a linguagem que fornece, nesse caso, a intuição necessária".

29 Hertz (1985: 25).

30 Espaço fásico.

31 Para brilhantes insights de ontologias matemáticas ver Tegmark (2007) e Chaitin (2003).

A segunda etapa da generalização racional envolve a inversão da prioridade ontológica em relação aos elementos "reais" e "possíveis", como citado anteriormente. O que na primeira etapa representou uma maneira de conservar extensões necessárias às "formas das leis", torna-se a base de todo o domínio, fundamento ontológico, a região das possibilidades para a correlação no primeiro nível. Esse tipo de mudança não pode ser atingida de maneira "naturalista", ao invés disso pressupõe uma projeção filosófica característica da interrogação transcendental, ou seja, generalidade da correlação deve ser atingida transcendentalmente, *a la* Kant, e não obtida ou justificada indutivamente ou dedutivamente. Guardadas as proporções, o que devemos visar neste tipo de analogia é o processo kantiano, no qual, num primeiro momento, estende conceitos empíricos e leis da física newtoniana às estruturas a priori, para depois considerá-las condições de possibilidade para os "objetos da experiência". Tais estruturas não são dadas empiricamente, elas têm outro status epistemológico ao serem condições transcendentais das formas das regularidades empíricas32. Alguma regularidade deve existir entre estruturas teoréticas e empíricas, e para Kant tal afinidade é assegurada pela mesma função da unidade sintética da apercepção.

Em outra passagem dos *Princípios* de Hertz encontramos uma resposta análoga para o mesmo problema:

> We form for ourselves images of external objects: and the form which we give them is such that the necessary consequences of the images in thought are always the images of necessary consequents in nature of the things pictured. In order that this requirement may be satisfied, there must be a certain conformity between nature and our thoughts.

No *Tractatus*: (2.18) "O que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo – correta ou falsamente – afigurá-la

32 Parvu (2001: 266).

é a forma lógica, isto é, a forma da realidade". Este último aforismo abre espaço para o assunto que vamos discutir no próximo capítulo.

3. Linguagem

3.1 Introdução ao sistema de linguagem do Tractatus

Como introdução, passaremos em revista o sistema de linguagem do *Tractatus* em um único bloco, levantando uma série de problemas de uma só vez, de maneira expositiva, para que depois, em outras seções, possam ser examinados os pontos que interessam à

dissertação. No *Tractatus-Logico-Philosophicus* o sistema de linguagem se organiza em estreita correlação ao sistema da ontologia. A teoria da linguagem inclui uma teoria da representação, uma explicação de como sistemas simbólicos chegam a apontar para fora de si próprios adquirindo a capacidade de expressar a ocorrência de situações.

> (4.001) A linguagem é a totalidade das proposições.

> (4.002) As linguagens concretas construídas pelos seres humanos são capazes de expressar todos os sentidos.

> (4.5c) Que haja uma forma proposicional geral é demonstrado por não poder haver proposição alguma cuja forma não tivesse sido possível anterver (i.e., construir). A forma proposicional geral é: as coisas estão assim.

Es verhält sich so und so. O que a linguagem ou o conjunto das proposições faz é descrever ou representar a realidade, descrever o mundo expressando a ocorrência de fatos. O entendimento da proposição consiste em reconhecer qual é a situação que a proposição representa ou descreve (4.021) "A proposição é uma figuração da realidade: pois sei qual é a situação que ela representa, se entendo a proposição. E entendo a proposição sem que seu sentido me tenha sido explicado".

Há uma conexão essencial entre a proposição e a situação cuja existência ela nos comunica e, de fato, Wittgenstein identifica a locução "esta proposição em tal e tal sentido" à locução "esta proposição em tal e tal situação". (4.031b) "Pode-se dizer sem rodeios: esta proposição representa tal e tal situação – ao invés de: esta proposição em tal e tal sentido". De tal modo que se pode dizer que a proposição consiste na expressão de uma certa situação. Por isso, se dispusermos de duas notações distintas para descrever a ocorrência de uma mesma situação, não teremos mais que uma expressão de sentido, uma mesma proposição.

A proposição tem sua identidade determinada pela identidade da situação que ela descreve, trazendo a marca de uma *variável*, cujo domínio é o conjunto de todas as situações descritas no espaço lógico. Para cada situação percorrida pela variável fica garantida a existência de uma proposição particular correspondente33. Duas alternativas estão abertas à realidade, ou aos fatos, diante da proposição. Uma vez formulada a proposição, resta à realidade estar em acordo ou desacordo com o que a proposição expressa, estando aí a base para a definição das noções de verdade e falsidade.

> (4.062) Não nos poderíamos entender com proposições falsas, assim como até hoje nos entendemos com as verdadeiras? Bastaria saber que se quer dizê-las falsamente. Não! Pois uma proposição é verdadeira se as coisas estão como, por meio dela, dizemos que estão; se com "*p*" queremos dizer que "~*p*" e as coisas estão como queremos dizer que estão, segue-se que "p", nesse novo modelo de entender, é verdadeira, e não falsa.

> (4.022) A proposição *mostra* seu sentido. A proposição *mostra* como estão as coisas *se* for verdadeira. E *diz que* as coisas estão assim.

É mister distinguir duas maneiras de entendermos isso. Não é o caso lermos "A proposição, se for verdadeira, mostra [como as coisas estão]". Mas antes "A proposição mostra [como as coisas estão se ela for verdadeira]"34. Não está ao alcance de uma proposição mostrar como as coisas estão. Mostrar como as coisas estão se for verdadeira é mostrar as condições que devem ser preenchidas para que uma verdade esteja sendo dita, não podendo uma proposição dizer de si mesmo que é verdadeira (4.442), devendo apenas mostrar o que deve ser o caso para que seja verdadeira, mostrar suas *condições de verdade*.

33 O conjunto das situações que compõem o espaço lógico tractariano organiza-se segundo uma estrutura exatamente isomórfica à estrutura das sentenças do cálculo proposicional geradas a partir das sentenças elementares como uma álgebra booleana completa.

34 Marques, J. (1998). Colchetes para demarcar o escopo do acusativo do verbo mostrar.

Expressão de suas condições de verdade, a proposição exibe em sua estrutura visível estas condições, permitindo que a entendamos sem nenhuma consulta à realidade, sem precisar saber se ela é verdadeira ou falsa. Entendemos o sentido da proposição quando apreendemos essas condições, pois são elas que determinam a "margem de manobra" 35 que a proposição deixa aberta aos fatos. Não que a proposição determine para o mundo uma região no espaço lógico e depois diz que o mundo lá se localiza, ela não veicula um sentido e depois se compromete com sua veracidade, ela não lista uma série de condições e *depois* afirma que estão satisfeitas. Antes, o estabelecimento das condições de verdade e a expressão do sentido são conceitualmente contemporâneos e equivalentes ao ato único de dizer *Es verhält sich so*, "as coisas estão assim". Uma proposição é entendida mostrando o que está dizendo, ela mostra qual é a situação cuja existência ela representa.

> (4.1) A proposição representa a existência e a inexistência dos estados de coisas.

A existência de um estado de coisas é representada por uma proposição elementar (4.21), e sua inexistência é representada pela negação de uma proposição elementar. Mas (4.1) diz respeito a quaisquer proposições, não apenas proposições elementares. O que é compreensível, pois existência e a não-existência de estados de coisas esgota toda a realidade e as diferentes possibilidades de arranjo dessas existências e não-existências, por sua vez, esgotam todas as possibilidades factuais que se pode representar por meio de proposições.

> (2.06) A existência e a inexistência de estados de coisas é a realidade. (À existência de estados de coisas, chamamos também um fato positivo; à inexistência, um fato negativo).

35 *Spielraum* – "folga".

Ao representar uma situação possível, uma proposição está, em última análise, repassando todas essas possibilidades, discordando de algumas e concordando com outras. E nessa expressão de concordância e discordância com as possibilidades de existência e não-existência de estados de coisas consiste o sentido da proposição. (4.2)

Possibilidades de existência e não existência de estados de coisas correspondem a possibilidades de verdade e falsidade de proposições elementares (4.3), o que permite a Wittgenstein descrever um método geral para representar o sentido de uma proposição qualquer a partir da indicação dessas concordâncias e discordâncias[36]. Toda proposição pode ser representada como uma função (*função de verdade*) de um certo número de proposições elementares, que são, correspondentemente, denominadas *argumentos de verdade* da proposição (5.01) [37].

Ao representar as proposições como funções de verdade de proposições elementares, está-se expressando seu sentido como uma função do sentido destas últimas. Portanto, para entender as proposições expressas dessa forma, é necessário conhecer o sentido das proposições elementares que participam de sua construção, havendo dois casos em eu isso não é necessário. O primeiro é o da proposição (*VVVV*) (*p,q*), que é verdadeira para todas as possibilidades de verdade de proposições elementares e se denomina uma *tautologia*. E no outro extremo (*FFFF*) (*p,q*), que é falsa para todas as possibilidades de verdade e se denomina uma *contradição*. Tautologias e contradições mostram que nada dizem, não representando nenhuma situação, pois a maneira pela qual são construídas produz o cancelamento de suas condições de concordância com o mundo, de suas relações representacionais. A contradição será falsa e a tautologia será verdadeira em qualquer

36 Em 4.31 é introduzida a família de esquemas para representar as possibilidades de verdade e falsidade de proposições elementares, onde, para n proposições elementares existem 2 elevado a n possibilidades de verdade.

37 As denominações distinguem funções e argumentos propriamente ditos.

mundo possível, elucidando-se o caráter necessário que se atribui às proposições da lógica. As proposições da lógica podem ser imediatamente identificadas sem a necessidade de empregar o aparato de axiomas ou regras de inferência característicos dos sistemas de Frege e Russell, pois o caráter tautológico ou contraditório de uma proposição fica imediatamente manifesto na própria estrutura do símbolo. As relações lógicas entre as proposições, que determinam que a verdade de uma proposição se segue da verdade de outra, ficam também imediatamente manifestas no simbolismo38.

O problema geral de explicar como as proposições representam situações ou expressam seu sentido reduz-se ao problema de explicar como isso é feito pelas proposições elementares. Proposições complexas expressam sentidos complexos como funções de sentidos elementares e a possibilidade de qualquer representação proposicional passa a depender da capacidade de proposições elementares representarem diretamente a existência de estados de coisas.

A teoria pictórica da significação forma o núcleo da teoria geral da linguagem desenvolvida no *Tractatus*. Se uma proposição elementar mostra seu sentido, se ela enuncia a ocorrência de uma determinada situação, ela o faz por estar *essencialmente* conectada à situação, por ser uma *figura* dessa situação (4.03). Sabemos de que uma situação se trata porque nós *vemos* essa situação através da proposição, um simulacro da situação projetado no espaço lógico e entendemos a proposição quando vemos o que está por ela sendo projetado. Na figura em geral, ou na proposição, é como se uma situação estivesse sendo montada a título de experiência (4.411). Um elemento está no lugar de uma coisa, outro elemento está no lugar de outra. Arranjos de coisas só conseguem veicular sentido ou dizer-nos algo se formos capazes de enxergar em seus elementos algo diferente deles próprios, se pudermos vê-los como representantes de outros objetos, aqueles que compõem a situação cuja existência se pretende comunicar. Proposições da linguagem falada ou escrita, tomadas em si mesmas, não são mais do que fatos brutos consistindo nos particulares arranjos

38 Para detalhamento do assunto da forma geral da proposição enquanto função de verdade de proposições elementares ver Anscombe (1971: 132).

temporais ou espaciais de seus elementos, os quais só se tornam capazes de afigurar, graças às conexões simbólicas que mantêm com coisas distintas deles mesmos. Essas conexões constituem as relações projetivas entre a linguagem e a realidade, e são elas que fazem com que o signo proposicional nos apareça como uma figura da situação cuja existência é afirmada.

O signo proposicional é capaz de exibir em sua articulação o sentido da proposição, mantendo com isso uma relação interna com a situação representada, mas o mesmo não ocorre com os elementos que compõem esse signo. Há uma arbitrariedade relativa ao significado dos elementos articulados na figura, que não se estende, no entanto, ao modo de articulação desses elementos. Ao combinar seus elementos de uma determinada maneira, a figura representa que as coisas estão combinadas *dessa maneira*. Aqui se faz oportuna aludir à forma da afiguração (*Form der Abbildung*). "Estrutura" designa uma configuração efetivamente existente, enquanto "forma" diz respeito à **possibilidade** de uma certa configuração. Quando se fala na possibilidade de uma combinação de elementos de uma figura, se está falando de sua combinação enquanto representantes de outras coisas. Os elementos que se combinam na figura aparecem essencialmente como portadores das correlações que mantêm com as coisas de que são representantes, de tal forma que a forma pictórica da figura define-se pela possibilidade de que as coisas representadas relacionem-se entre si como os elementos que as representam na figura (2.151). A possibilidade da figura significa a possibilidade da afiguração, a possibilidade de se representar desse modo alguma situação.

A forma pictórica aparece como o que é comum à figura e à realidade representada. Um mesmo conjunto de possibilidades combinatórias, só que definidas sobre dois domínios distintos, de tal modo que, para cada possibilidade de combinação de elementos pictóricos em uma figura, corresponda uma e apenas uma possibilidade de combinação de objetos em

uma situação, e vice-versa. Apenas a posse dessas possibilidades de estruturação, a posse comum dessa forma, que torna possível qualquer representação pictórica.

Se quisermos que a noção geral de figura e afiguração se aplique à representação de um domínio de estados de coisas logicamente independentes, será preciso encontrar um substrato comum à figura e à realidade figurada. Partindo-se, por exemplo, da situação de que um certo complexo ocupa uma certa posição espacial, deve ser possível reduzir ontologicamente essa situação a uma combinação de possibilidades de existência e não-existência de estados de coisas. A situação original será então representada por uma função de verdade de proposições elementares, uma certa expressão de concordância e discordância com as possibilidades de verdade dessas proposições.

Portanto, mesmo que uma situação espacial possa ser representada por uma figura espacial, ou seja, uma figura que compartilha um substrato espacial com a situação representada, esse tipo de representação está fundado em um sistema de figuras voltadas para os constituintes mais elementares da situação, a rede de possibilidades de existência e não-existência de estados de coisas nas quais repousam todas as possibilidades de estruturas factuais, que constituem a forma da realidade, a *forma lógica*. Seja qual for o substrato que as figuras possam compartilhar com a realidade, elas estarão necessariamente compartilhando esse substrato fundamental, a forma lógica da afiguração (2.2). Que toda a figura é uma figura lógica, podemos corresponder à tese de que toda proposição é uma função de verdade de proposições elementares. E se toda expressão de sentidos complexos consiste na expressão de sentidos das proposições elementares, determina-se, por analogia, que a possibilidade de figuras de qualquer forma repousa na existência de uma forma lógica da afiguração.

A proposição elementar é um fato constituído pela articulação de diversos elementos. Esses elementos são signos simples chamados *nomes*, que estão correlacionados a *objetos*, e o fato de que esses nomes estão combinados na proposição representa que os correspondentes objetos estão combinados em um *estado de coisas*.

A linguagem pode expressar a ocorrência de quaisquer situações sem pressupor, para isso, a existência factual de entidades que funcionassem como o significado de suas proposições. Como todo o conteúdo factual do mundo esgota-se no domínio dos estados de coisas, do mesmo modo todo conteúdo expressivo do domínio da linguagem reduz-se à significação das proposições elementares. Para entender como a linguagem como um todo possa ter a capacidade de veicular significações seja qual for a distribuição dos fatos na realidade, basta entender como tal coisa é possível para as proposições elementares. A proposição elementar significa por ser uma figura, uma articulação de elementos que nela atuam como representantes de elementos da realidade. O que ela expressa é a ocorrência de um fato, este é seu sentido, que os objetos representados estejam combinados na realidade e ela pode expressar esse sentido por ser ela também um fato de que certos constituintes simples, ou nomes, estão nela combinados. O contato entre a proposição e a realidade se dá por meio de relações projetivas que conectam esses nomes aos objetos que eles nomeiam e quando os constituintes simples da proposição são projetados sobre os objetos que compõem as coordenadas do espaço lógico, projeta-se uma situação, uma situação no espaço lógico. A projeção, para realizar-se, exige que os nomes tenham significado, que haja entidades designadas por eles. Determinado o significado dos nomes, o sentido da proposição segue-se de imediato, sem pressupor a existência factual do complexo ou combinação de objetos que ela afirma existir. Não é intento deste trabalho examinar a fundo os modelos de *projeção*, no entanto diversos comentadores39 assinalam que a complexa trama de relações entre os domínios da linguagem e da realidade pode ser reconstituída através da relação de projeção. Por esta relação, os nomes ganham sua

39 Anscombe (1971) e Griffin (1969).

significação ao designar os elementos últimos do fato e proposições ganham seu sentido ao consistir em uma articulação destes nomes.

McGuinness40 nos diz que a referência de um nome, no *Tractatus*, deve ser entendida como o potencial do valor de verdade de uma certa expressão, e este potencial é o seu papel semântico, o modo como contribui para determinar o valor de verdade de uma expressão em que ocorre. Saber a referência de um nome consiste na capacidade de identificar as condições de verdade de proposições em que o nome ocorre, o sentido. Essa referência não pode ser determinada independentemente de como se entende ou se estabelece o sentido das proposições, e nenhuma expressão pode ter sua referência determinada fora de sua ocorrência em uma proposição. O papel semântico do nome esgota-se em suas possibilidades de combinação com outros signos, de tal modo que qualquer signo que, nas mesmas condições, produza os mesmos valores de verdade, simboliza do mesmo modo ou tem a mesma referência.

Uma única análise completa de cada proposição passa a ser o pressuposto de que cada proposição tenha um valor de verdade determinado quaisquer que sejam os fatos no mundo. A articulação proposicional se dá, nessa forma completamente analisada, entre elementos simples que têm significado à medida que contribuem para o valor de verdade determinado para qualquer proposição em que ocorram. Isto é o que se está dizendo quando se diz que a substância do mundo é formada de objetos simples41. Apenas uma estrutura pode representar (3.142). A familiaridade que estabelecemos com objetos simples, o processo pelo qual entendemos o que estes objetos significam, não envolve qualquer experiência factual, já que a proposição em que ocorrem está, por definição, na sua forma completamente analisada e os objetos nela designados têm uma existência que não depende do que quer que seja o caso. É só quando temos em mente uma estrutura correspondente a um possível estado de coisas que chegamos a entender o sentido de uma proposição.

40 McGuinness (1981).
41 McGuinness (1981: 69).

O papel semântico de um nome, sua referência, consiste em sua capacidade, enquanto componente de uma estrutura de signos lingüísticos, de contribuir para a projeção dessa configuração no espaço das possibilidades factuais, de atribuir-lhe um sentido. Formando um sistema de referência real, no sentido de que proposições são verdadeiras ou falsas objetivamente, em virtude de os estados de coisas mapeados por meio deles serem ou não o caso na realidade, os objetos instauram um reticulado lógico que reflete as propriedades necessárias constitutivas da realidade ela mesma. No entanto McGuinness alerta para que seja afastada a sugestão de que o realismo acerca dos objetos seja equivalente a uma tese empírica sobre a constituição factual do mundo42, como se, ao afirmar a realidade dos objetos estivéssemos veiculando com isso alguma informação sobre entidades contingentemente presentes no mundo.

3.2 A Proposição como modelo do fato

Nesta seção passaremos ao exame mais detalhado da Teoria Pictórica. No breve inventário dos problemas da linguagem do *Tractatus,* apresentado na seção anterior, foi dito que proposições complexas da nossa linguagem têm sentido porque podem ser completamente analisadas em proposições atômicas que constituem configurações de signos simples. Mas qual é a função dos signos simples? Adiante veremos que eles devem ser capazes de designar objetos simples, cujas configurações constituem fatos atômicos. Os fatos atômicos são descritos por proposições atômicas e correspondem ao ponto final da análise dos fatos complexos, que são descritos por proposições complexas da linguagem ordinária. Para que este esquema analítico funcione Wittgenstein precisa mostrar como

42 McGuinness (1981: 72).

funciona, como é possível o rigoroso paralelismo entre a proposição e o fato por ela descrito.

(3) A figuração lógica dos fatos é o pensamento.

(4) O pensamento é a proposição com sentido.

Uma proposição dotada de sentido é uma figuração lógica do fato que ela descreve. A consideração da equivalência dos aforismos 3 e 4 nos permite perceber que ao explicar o que é uma figuração lógica, estaremos explicando simultaneamente o que é uma proposição dotada de sentido e o pensamento a ela relacionado43.

(2.141) A figuração é um fato.

A proposição constitui um fato e Wittgenstein esclarece isso ao dizer que o signo proposicional consiste em que seus elementos constitutivos, as palavras, estão relacionadas entre si de determinada maneira.

> (3.14) O sinal proposicional consiste em que seus elementos, as palavras, nele estão, uns para os outros, de uma determinada maneira. O sinal proposicional é um fato.

43 Margutti Pinto (1998: 157).

As palavras estarem relacionadas entre si de determinada maneira faz do signo proposicional um fato e nesse sentido ele é articulado. Podemos afirmar que da mesma forma que um tema musical não é meramente um aglomerado de sons, a proposição não é um amontoado de palavras (3.141).

> (2.11) A figuração representa a situação no espaço lógico, a existência e inexistência de estados de coisas.

A proposição constitui uma figuração porque é um fato lingüístico utilizado para representar outro fato do mundo. Apenas fatos podem exprimir sentido. As proposições complexas da nossa linguagem constituem fatos lingüísticos complexos que são colocados em correspondência com situações do mundo, já as proposições atômicas constituem fatos lingüísticos atômicos que são colocados em correspondência com fatos atômicos do mundo.

A proposição representa o fato no mundo porque possui algum tipo de isomorfismo com ele, porque ambos, proposição e fato, possuem uma identidade estrutura e essa identidade estrutural permite uma relação projetiva com cada coisa que é descrita, gerando uma proposição dotada de sentido. Tomemos emprestado o gráfico de Margutti Pinto44.

44 Margutti Pinto (1998: 160).

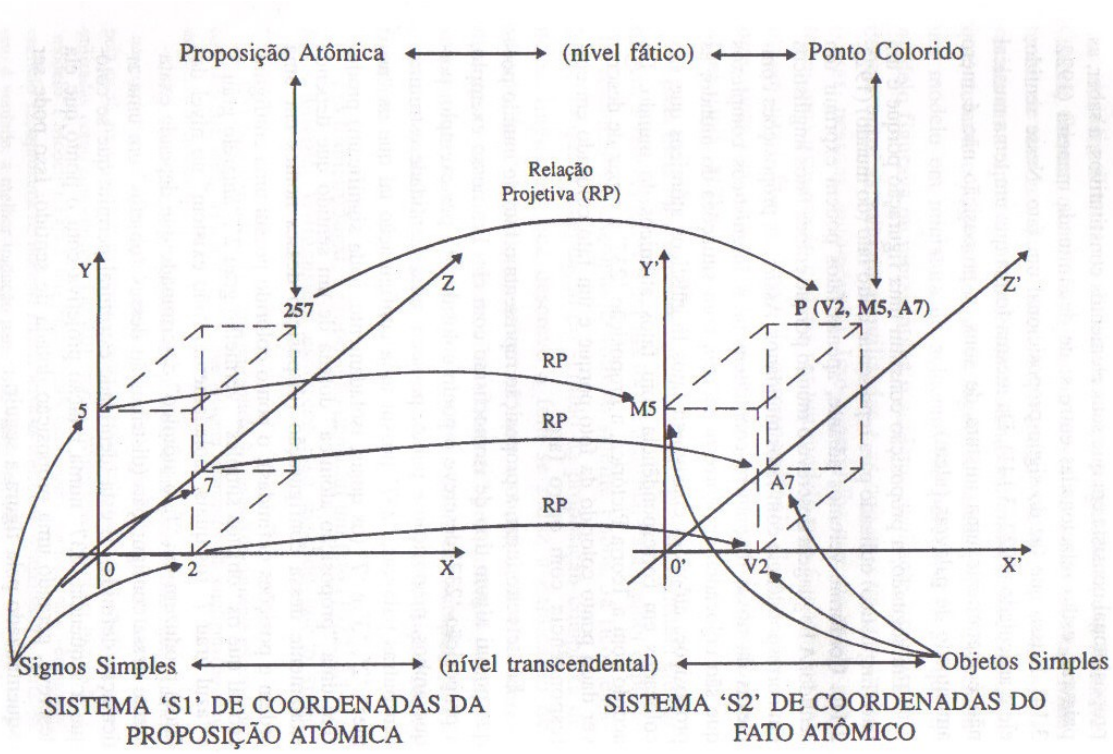

Figura 02

Na Figura 02 estão representados dois sistemas de coordenadas colocados em relação projetiva um com o outro. “V2”, “M5” e “A7” representam, respectivamente, objetos simples “vermelho tonalidade 2”, “amarelo tonalidade 5” e “azul tonalidade 7”. Em cada um dos sistemas distinguem-se o nível fático, correspondente ao nível dos “pontos” descritos pelos respectivos sistemas, a saber, proposições atômicas, no sistema “S1” e fatos atômicos, no sistema “S2”, e o nível transcendental, correspondente ao nível das coordenadas.

A cada objeto deve corresponder um nome na figuração (2.13) e cada nome na

figuração substitui dado objeto (2.131). O fato de que cada elemento da figuração está relacionado entre si de modo determinado (2.14) representa o modo pelo qual os objetos estão relacionados entre si. A estrutura da figuração é constituída pelo modo no qual os nomes estão relacionados, já a possibilidade dessa estrutura constitui a forma da afiguração (2.15). Isto é, a forma da afiguração consiste na possibilidade de que os objetos estejam uns para os outros no fato atômico assim como os nomes estão entre si na figuração (2.151), donde a figuração possui uma relação projetiva que consiste nas coordenações entre os nomes e os objetos correspondentes. Por meio de tais coordenações a figuração "toca" a realidade (2.1513 – 1515). Desta maneira podemos compreender a afirmação de Wittgenstein de que deve haver algo em comum entre a afiguração e o afigurado para que uma possa representar o outro (2.161).

O sentido da figuração se dá pela combinação da configuração dos nomes mais a relação projetiva, de tal maneira que somos capazes de reconhecer, no interior da própria figuração, o fato que ela afigura.

(2.221) O que a figuração representa é seu sentido.

Entretanto, o fato da proposição ter sentido não implica que ela tenha um significado.

> (3.13) À proposição pertence tudo que pertence à projeção; mas não o projetado. Portanto a possibilidade do projetado, mas não ele próprio (...).

O que nos leva de volta até o grupo de aforismos (2.223 – 225), nos quais é

afirmado que a partir da figuração não podemos determinar a verdade ou falsidade da proposição, pois para determinar se dada figuração é verdadeira ou falsa temos que compará-la com a realidade, não havendo figuração verdadeira *a priori*.

É importante salientar que, embora a figuração possa afigurar o fato, ela não pode afigurar a própria forma da afiguração que utiliza para afigurar o fato, como exposto no aforismo (2.172) “Sua forma de afiguração, porém, a figuração não pode afigurar, ela a exibe”. Se considerarmos os sistemas da figura 02, podemos afirmar com segurança que uma proposição atômica no sistema “S1” pode entrar em relação projetiva com o sistema 'S2' e descrever um ponto colorido pertencente a tal sistema, como é o caso. Mas nenhuma proposição atômica no interior de “S1” é capaz de entrar em relação projetiva com a articulação lógica de suas próprias coordenadas. Cada proposição pode descrever um fato, mas não a estrutura comum entre ela e o fato, pois sua estrutura é a condição de possibilidade da própria descrição que a proposição está fazendo e não pode ser descrita. No entanto, a figuração exibe sua forma de afiguração, tema que será desenvolvido no final deste capítulo, a saber, a distinção entre dizer e mostrar, exposta de maneira introdutória anteriormente. Por hora, como prometido anteriormente, passaremos à distinção entre sentido e significado.

3.3 Frege, Sentido e Significado

Frege45 explica o signo lingüístico por meio de duas expressões: *Sinn* e *Bedeutung*.

45 Frege (1967).

O significado, *Bedeutung*, é o objeto designado pelo signo. O sentido, *Sinn*, é o modo pelo qual o signo apresenta esse objeto. Uma proposição dotada de sentido apresenta dado pensamento e nomeia um valor de verdade. Para o lógico a menor unidade lingüística é a sentença e as palavras só possuem significado no contexto da proposição, e não isoladamente. Qualquer trecho de discurso que analisemos revelar-se-á composto de sentenças, donde cada sentença constitui uma unidade de sentido e acoplada às demais compõem o sentido total do discurso analisado. Sentenças analisadas dão origem às palavras que a constituem, mas palavras, consideradas em si mesmas não são unidades de sentido da mesma forma que as sentenças. Palavras tomadas isoladamente não constituem unidades de sentido, mas combinadas com outras palavras podem contribuir para a construção de uma unidade de sentido.

É sabido que Frege propõe, em sua *Conceitografia*, que as categorias tradicionais de "sujeito" e "predicado" sejam substituídas pelas de "argumento" e "função". Na sentença "Bernardo escreve", podemos substituir "Bernardo" por "Thomas", ou "João", ou "Maria" ou etc., pois a frase "Bernardo escreve" pode ser concebida como possuindo uma parte permanente que representa a totalidade da situação descrita, "...escreve", e outra substituível, que significa o objeto que se encontra na determinada situação, "Bernardo", "João", etc. Chama-se a parte permanente de função e a substituível de argumento46.

A função é uma expressão essencialmente insaturada, que pode também ser representada por "x escreve" ou por "( ) escreve". O espaço em branco delimitado pelos parênteses, ou a variável "x", indica o lugar a ser ocupado pelo argumento, saturado, completo. Considerados isoladamente, argumento e função não possuem sentido completo. A função "x escreve" só será determinada quando "x" for preenchido por um nome. O argumento "Bernardo", embora seja saturado, por designar um indivíduo, possui sentido incompleto por nada dizer sobre o indivíduo. Vejamos um exemplo do conceito matemático

46 Frege (1967: 4).

de função que inspirou Frege. Em “y = 3x + 2”, se substituirmos “x” pelo argumento “1”, a função “y” passará a ter o valor determinado “5”. A função insaturada “y = 3x + 2” só assumiu valor determinado quando a variável “x” foi substituída por um de seus argumentos.

As novas categorias fregeanas de “argumento” e “função” são obtidas a partir da análise do papel lógico desempenhado pelas expressões correspondentes, não sendo mais possível intercambiá-las como acontecia no caso da lógica tradicional. De acordo com esta última, um juízo como “nenhum S é P” é equivalente a “nenhum P é S”, já que nos dois casos, a classe “S” é excluída em sua totalidade da classe “P”, o que significa que o sujeito e o predicado são intercambiáveis, e o que distingue o sujeito do predicado é a sua posição na sentença e não a sua função lógica. Outro problema com a lógica tradicional é que esta considerava, por exemplo, que as proposições “todo homem é mortal” e “Sócrates é homem” como sendo ambas universais. Entretanto o sujeito da primeira proposição é um termo universal (“todo homem”) e o da segunda, um nome de indivíduo (“Sócrates”). Ainda outro problema que a lógica tradicional não dá conta se mostra em proposições como “Bernardo ama Alessandra”. Analisada tradicionalmente atribuindo-se o predicado “ama Alessandra” ao sujeito “Bernardo”, embora algumas vezes seja necessário analisar tal tipo de proposição como uma relação entre dois sujeitos.

Segundo o enfoque fregiano podemos obter formas lógicas muito variadas através da análise das proposições. No caso de “todo o homem é mortal”, ao invés da singela e única forma tradicional “S é P”, podemos analisar “para todo x, se x é homem, então x é mortal”, o que simbolicamente fica “(x) (Hx → Mx)”, em que “(x)”, “Hx”, “Mx” e “→” representam respectivamente “para todo x”, “x é homem”, “x é mortal” e “se-então”. Uma conseqüência disso é que este tipo de análise revela que a proposição universal, ao invés de ser declarativa, é ocultamente hipotética, outra conseqüência é que ao articular as funções “x é homem” e “x é mortal” por meio do quantificador universal “para todo x”, como vimos acima, deixa em aberto o lugar representado pela variável “x”.

Voltando às noções de “sentido” e “significado”, podemos afirmar que as expressões “Estrela da Manhã” e “Estrela da Tarde” possuem o mesmo significado, o planeta Vênus, mas sentidos diferentes, pois os modos pelos quais apresentam esse planeta são diferentes47, porque as dimensões do signo não devem ser confundidas com a representação subjetiva que fazemos de dado objeto. Frege faz a seguinte analogia48: quando alguém observa a lua pelo telescópio, a lua é objeto de observação e corresponde ao significado. A imagem real projetada pela lente no interior do telescópio, ainda é objetiva e corresponde ao sentido. Já a imagem da retina do observador é inteiramente subjetiva e corresponde à representação.

Consideremos um nome próprio simples como “Aristóteles”. Seu significado é um determinado homem que praticou filosofia na Grécia Antiga. Mas seu sentido é ambíguo, podendo ser tomado como expressão de “o mestre de Alexandre” ou “o autor da Ética à Nicômaco” ou “o discípulo de Platão”. Assim, uma sentença como “Aristóteles nasceu em Estagira” terá sentidos diferentes dependendo de qual sentido dermos ao nome “Aristóteles”.

Agora, se ao invés de um nome próprio simples considerarmos um nome próprio complexo, como “o discípulo de Platão”, seu significado é um determinado filósofo grego, ou seja, Aristóteles, e seu sentido é a maneira pela qual Aristóteles é apresentado, como discípulo de Platão. Contudo, podemos apresentá-lo mediante uma descrição diferente, como visto anteriormente, “o mestre de Alexandre”.

Consideremos ainda uma sentença como “Aristóteles morou em Atenas”. O sentido dessa sentença, de acordo com Frege, é o pensamento que ela expressa, a circunstância de Aristóteles ter morado em Atenas. Já o seu significado, porém, se de fato Aristóteles morou

47 Frege (1978: 62).
48 Frege (1978: 65).

em Atenas, é o Verdadeiro; caso contrário, seu significado seria o Falso. Assim, uma sentença completa expressa um pensamento e significa um valor de verdade. Em virtude disso, uma sentença verdadeira é considerada por Frege como o nome próprio do Verdadeiro; uma sentença falsa como o nome próprio do Falso. Contudo é possível uma sentença que tenha sentido, ou seja, que expresse um pensamento, mas não tenha significado, isto é, valor de verdade, como é o caso da célebre sentença "o Rei da França é calvo", que não é nem verdadeira nem falsa, pois o objeto designado pela descrição não existe. Ora, isso corresponde a uma quebra da lei do terceiro excluído, segundo a qual ou uma sentença ou sua negação deve ser verdadeira.

É sabido que Wittgenstein não estava satisfeito com a maneira pela qual Frege articula as noções de "sentido" e "significado" em sua teoria da linguagem. Como vimos, o modelo fregiano envolve algumas dificuldades. Por exemplo, a aceitação de expressões dotadas de sentido, mas que não possuem significado, como "o Rei da França é calvo", não são verdadeiras nem falsas. Vejamos como Wittgenstein trata o assunto:

> (3.3) Só a proposição tem sentido; e só no contexto da proposição que um nome tem significado.
>
> (3.14) O sinal proposicional consiste em que seus elementos, as palavras, nele estão, uns para os outros, de uma determinada maneira. O sinal proposicional é um fato.
>
> (3.142) Só os fatos podem exprimir um sentido, uma classe de nomes não pode.

Um nome, que pode ser visto como uma classe unitária, não consegue exprimir um sentido se uma classe de nomes também não consegue, pois o nome, quando articulado no interior da proposição, significa o objeto, substitui o objeto na proposição e o objeto só pode ser nomeado, constituindo o significado do nome.

(3.203) O nome significa o objeto. O objeto é seu significado. ("*A*" é o mesmo sinal de "*A*").

(3.22) O nome substitui, na proposição, o objeto.

(3.221) Os objetos só posso *nomeá-los*. Sinais substituem-nos. Só posso falar *sobre* eles, não posso enunciá-los. Uma proposição só pode dizer *como* uma coisa é, não *o que* ela é.

Por outro lado, a proposição descreve determinado fato sem nomeá-lo:

(3.144) Situações podem ser descritas, não *nomeadas*. (Nomes são como pontos, proposições são como flechas, elas têm sentido).

Como dito anteriormente, toda proposição complexa deve ser redutível a uma articulação de proposições elementares e o sentido da proposição complexa se explica pela articulação dos sentidos das proposições elementares que a constituem, cada proposição complexa é um "átomo de sentido"49. Portanto, o trabalho de estabelecer o sentido "molecular" da proposição complexa se reduz a esclarecer o sentido atômico daquela que constitui o ponto de chegada da análise, a proposição elementar.

Como figuração do fato atômico que ela descreve, a proposição elementar deve consistir numa combinação de nomes. Cada nome deve significar inequivocadamente determinado objeto para que a proposição elementar descreva um fato e, é claro, faça sentido. Se na análise de uma proposição complexa houver um átomo de sentido

49 McGuinness (1988: 256).

defeituoso, isso indicará que a proposição atômica que corresponde a esse átomo não tem sentido definido e é apenas um amontoado de expressões que falha em sua tentativa de descrever o fato atômico correspondente. Ou seja, não foi dado significado, não há significado para todos os signos envolvidos na proposição analisada. Uma proposição tem sentido e pode descrever um fato somente na medida em que constitui uma combinação de nomes com significado.

A proposição atômica é uma combinação de signos que não podem ser mais analisados. Esses signos podem ser simples ou complexos, sendo os complexos redutíveis aos simples e esses últimos irredutíveis a quaisquer outros signos, pois desta maneira poderíamos, como já foi dito antes, correr o risco de um desmembramento infinito.

> (3.262) O nome não pode mais ser desmembrado por meio de uma definição: é um sinal primitivo.

E o fato de os nomes serem signos primitivos faz com que até mesmo as elucidações de seus significados pressuponham que tais significados já sejam conhecidos.

> (3.263) Os significados dos sinais primitivos podem ser explicados por meio de elucidações. Elas são proposições que contêm os sinais primitivos. Portanto, só podem ser entendidas quando já se conhecem os significados desses sinais.

Para Frege todo signo lingüístico tem sentido e significado. No caso da proposição, o sentido é o pensamento que ela expressa e o significado, um valor de verdade (o Verdadeiro ou o Falso), uma proposição verdadeira é o nome próprio do Verdadeiro e uma proposição falsa é o nome próprio do Falso. Mas como vimos nesta seção, se as coisas fossem dessa maneira teríamos de ser capazes de determinar o significado da proposição, a

sua verdade ou falsidade, pela simples análise do seu sentido. Se uma proposição for verdadeira, seu significado já deverá estar indicado por seu sentido e, já que ela nomeia o Verdadeiro, não será necessário compará-la com a realidade para saber que ela é verdadeira. Wittgenstein, para evitar essa conseqüência, afirma que fatos nunca podem ser nomeados, apenas descritos, e, por conseguinte, elimina-se a dimensão do significado à proposição, restando a ela somente ter sentido, donde a proposição (atômica ou não), nada nomeia, sem poder ter verdade ou falsidade *a priori*.

Outra conseqüência dessa mudança implementada por Wittgenstein é que o fato de a proposição ter sentido, mas não significado, torna-a necessariamente bipolar.

> (4.023) A realidade deve, por meio da proposição, ficar restrita a um sim ou não. (...).

A proposição descreve um determinado fato e mostra como as coisas estão se for verdadeira. Este último aforismo desta seção serve como uma deixa para o assunto que será discutido no próximo capítulo, central para a defesa de minha tese, a doutrina do mostrar no *Tractatus*. (4.022) "A proposição *mostra* seu sentido. A proposição *mostra* como estão as coisas se for verdadeira. E *diz que* estão assim"

4. Mostrar, Analiticidade, Contingência e Independência

Como dito na introdução desta dissertação, os dois capítulos anteriores serviram como base de conhecimento introdutório para este capítulo, que contém o núcleo da tese a ser defendida. Neste capítulo defendo que três importantes teses do *Tractatus*, a saber, a

tese da analiticidade, da contingência e da independência, derivam da tese de que uma proposição *mostra* o seu sentido.

Uma nova interpretação do *Tractatus* foi recentemente popularizada por importantes comentadores50, que defendem, respeitadas as diferenças entre suas interpretações, que tanto o primeiro quanto o segundo Wittgenstein teriam uma concepção deflacionária da Filosofia, de acordo com a qual o autor em questão não tem questões filosóficas genuínas e não dá andamento a nenhuma tese51. Tal corrente é conhecida na literatura secundária como *New Wittgenstein*, e ganha novos adeptos entre importantes filósofos a cada ano que passa. No caso do *Tractatus* algumas críticas são aniquiladoras, ao apontarem para o fato de que, à exceção de algumas indicações de "efeito" que sugerem como o livro deve ser lido, a obra do jovem Wittgenstein não passa de um amontoado de puro *nonsense*52. Tal contra-senso é caracterizado como "puro" porque não se refere a algum tipo de *nonsense* profundo e iluminador que de alguma forma poderia "apontar" para algo que não pode ser colocado em palavras, não aponta de uma maneira indireta para a capacidade da linguagem em mostrar algo que não pode ser dito. Sob essa perspectiva, como mesmo as observações sobre a doutrina do *mostrar* devem ser, por fim, abandonadas ao status de *nonsense*. Contra esse tipo de interpretação, neste capítulo será exposto e provado que três teses centrais ao *Tractatus* dependem diretamente da doutrina do mostrar.

(a). Todas as proposições (genuínas) e todas as proposições lógicas são funções de verdade de proposições elementares;

(b). Toda proposição elementar é contingente;

50 Diamond (1988, 1991 e 2000), Conant (1992, 1993, 1995, 2000), Kremer (1997, 2001), Goldfarb (1997) Floyd (1998), entre outros. Para interessante discussão sobre o assunto ver Proops (2001).
51 Diamond (1991: 181)
52 Diamond (1991: 181), Conant (1989b: 344-5), Floyd (1998: 98), Proops (2003:1).

(c). Proposições elementares são mutuamente logicamente independentes.

Respectivamente, (a) a tese da analiticidade, (a) a tese da contingência e (a) a tese da independência53. Para que minha defesa tenha efeito, preciso mostrar como a tese de que todas as proposições da lógica são tautologias pode ser deduzida dessas três teses e que, todas dependem da tese maior que pertence à teoria do que pode ser dito e o que não pode ser dito, mas apenas mostrado54, a tese (4.022), o último aforismo exposto no capítulo anterior.

Em primeiro lugar, vamos ver como funciona a dedução da validade geral lógica a partir das três teses anteriores. Primeiro, devemos notar que se proposições elementares são contingentes e logicamente independentes umas das outras, para qualquer função de verdade de proposições elementares, cada uma das possibilidades de verdade constituídas pelas proposições elementares componentes é genuína. Uma tautologia é, obviamente, necessariamente verdadeira, enquanto uma contradição não é. Por conseguinte, se proposições elementares são contingentes e mutuamente logicamente independentes, então uma função de verdade de proposições elementares é necessariamente verdadeira se e somente se é uma tautologia. Se, ademais, todas as proposições lógicas são funções de verdade de proposições elementares, então todas as proposições lógicas (verdadeiras) são tautologias.

53 Cheung (2004: 2)

54 Em carta para Wittegnstein , Russell, após ter lido duas vezes cuidadosamente o manuscrito do *Tractatus* em 1919, se refere à tese de que todas as proposições da lógica são tautologias, como sendo o principal assunto do livro. Wittgenstein responde dizendo que o principal assunto é a teoria do que pode ser dito e o que não pode ser dito, mas apenas mostrado, e acrescenta que as proposições da lógica como tautologias é apenas um colorário da teoria. Wittgenstein (1974).

4.1 Mostrar, Expressão e Símbolo

Como será argumentado mais adiante que *mostrar* é apresentar o que é intrínseco à uma expressão, é necessária uma breve explanação da noção tractatiana de símbolo, ou expressão.

Nos aforismos 3.3s do *Tractatus*, qualquer parte da proposição que caracterize seu sentido é chamada de “expressão” ou “símbolo”. De uma maneira trivial, uma expressão é uma parte proposicional e caracteriza o sentido por ser portadora do sentido. Vejamos como no *Tractatus* é tomado o termo “proposição”: (3.1) “Na proposição o pensamento exprime-se sensível e perceptivelmente”; e outra esclarecedora (4) “O pensamento é a proposição com sentido”. Quando uma proposição é considerada uma expressão, o que isto significa é que a proposição é a expressão de um pensamento. Quando uma proposição é considerada como um pensamento, ela pode ter diferentes expressões, mas não é uma expressão ela mesma. O nome é outro exemplo de um símbolo que caracteriza um sentido. É um constituinte essencial para a proposição: (4.22) “A proposição elementar consiste em nomes. É uma vinculação, um encadeamento de nomes”. Contribui para o sentido de uma proposição por ser um representante de um objeto: (3.203) “O nome significa o objeto. O objeto é seu significado. (‘*A*’ é o mesmo sinal de ‘*A*’)” e (3.221) “Os objetos só posso *nomeá-los*. Sinais substituem-nos. Só posso falar *sobre* eles, não posso enunciá-los. Uma proposição só pode dizer *como* uma coisa é, não *o que* ela é”.

Porém, os aforismos 3.3s não nos possibilitam à formulação de uma definição geral do que seja a expressão, pois essa série de aforismos apenas se refere ao contexto da natureza das proposições e o lugar dos nomes no nexo proposicional. De fato, se considerarmos que tautologias e contradições, que são partes proposicionais que não contribuem para a caracterização do sentido, também são expressões:

> (5.525) É errado reproduzir em palavras a proposição “(∃x) . *f*x” - como faz Russelll – por “*f*x é possível”. Certeza, possibilidade ou impossibilidade de uma situação não se exprimem por uma proposição, mas por uma expressão ser uma tautologia, uma proposição com sentido ou uma contradição. Aquele precedente que sempre nos dispomos a invocar já deve estar no próprio

símbolo.

Ou seja, o termo “símbolo” não se refere somente a uma proposição, mas também à tautologia e à contradição. Mas, de que maneira tautologias e contradições são expressões, se não são caracterizadores de sentido e (4.465) “O produto lógico de uma tautologia e uma proposição diz o mesmo que uma proposição (...).”?

Talvez possamos compreender a questão a partir do aforismo (4.461) “A proposição mostra o que diz; a tautologia e a contradição, que não dizem nada. A tautologia não tem condições de verdade, pois é verdadeira incondicionalmente; e a contradição, sob nenhuma condição. Tautologia e contradição não têm sentido. (...)”. Mas (4.5) diz que “Para *n* proposições elementares, há *Ln* grupos de possíveis condições de verdade. Os grupos de condições de verdade que concernem às possibilidades de verdade de um certo número de proposições elementares podem ser ordenados numa série”. Portanto, numa notação adequada, tautologias e contradições podem ser expressas como funções de verdade, combinações de funções de verdade de proposições elementares. Uma proposição elementar, como uma proposição, é um símbolo que é uma parte proposicional caracterizadora de sentido. Então tautologias e contradições são combinações sem sentido55 de funções de verdade de partes proposicionais caracterizadoras de sentido. Como vimos na introdução à linguagem do *Tractatus* (cap.3), tautologias e contradições são casos limite dessas combinações. Daí a importância do aforismo:

> (4.4611) Tautologia e contradição não são, porém, contra-sensos; pertencem ao simbolismo, analogamente à maneira, na verdade, como o “0” pertence ao simbolismo na aritmética.

55 *Sinnlos* – sem sentido / *senseless*; diferente de *Unsinnig* – contra-senso / *nonsense*.

E Wittgenstein em carta para G.E. Moore:

> A tautology (*not* a logical proposition) is not nonsense in the same sense in which, e.g., a proposition in which words which have no meaning occur is nonsense. What happens in it is that all it's simple parts have meaning, but it is such that the connections between these paralyze or destroy one another, so that they are all connected only in some irrelevant manner.56

Se considerarmos “0 + 3 = 3”, percebemos facilmente que, embora “0” (zero) não caracterize uma “quantidade integral”, ainda assim é um símbolo e uma integral no simbolismo da aritmética. De modo análogo, porque o produto lógico de uma tautologia e uma proposição são idênticos à proposição, como vimos em (4.465). Portanto, considerando que tautologias e contradições são casos limite de combinações de funções de verdade de partes proposicionais caracterizadoras de sentido, do mesmo modo que “0” (zero) é o caso limite da adição das quantidades integrais, tautologias e contradições são também expressões dentro de um simbolismo relevante57. De maneira que podemos afirmar que uma expressão (ou um símbolo) ou é uma parte proposicional caracterizadora de sentido ou um caso limite de combinação de funções de verdade de partes proposicionais caracterizadoras de sentido.

Qual a natureza do *mostrar* (via expressão)? Existem dois casos no *Tractatus* que devem ser considerados para que se possa responder à pergunta. O primeiro caso é: “uma proposição mostra o seu sentido” ou “uma proposição mostra como as coisas estão se for verdadeira” (4.022). Ora, se tomarmos a maneira pela qual Wittgenstein considera a linguagem em (4.002), “forma exterior do traje” e os “acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem”, deve haver expressões da proposição através das quais não podemos ver como as coisas estão se for verdadeira. Mas uma expressão é o que mostra. Então, a tese de que uma proposição mostra o seu sentido deve ser formulada da seguinte

56 Wittgenstein (1969: 108-119).
57 Cheung (2004: 4).

maneira: uma proposição (um pensamento) deve ter uma expressão que mostra o seu sentido. Isso quer dizer, uma proposição sempre pode ser expressa de uma determinada maneira que ela exibe ou mostra o seu sentido de forma que possamos ver como as coisas estão se for verdadeira ao inspecionar a expressão somente, – (4.023) "(...) e por isso pode-se muito bem ver na proposição como está, se ela for verdadeira, tudo que seja lógico". - muito embora nem todas as expressões da proposição mostrem o seu sentido.

O outro caso é quando, numa notação adequada, uma proposição lógica mostra que é uma tautologia:

> (6.127) Todas as proposições da lógica têm os mesmos direitos. Não há, entre elas, o que seja essencialmente lei básica ou proposição derivada. Toda tautologia mostra, ela própria, que é uma tautologia.

Também mostra as propriedades lógicas do mundo através de suas propriedades estruturais:

> (6.12) Que as propriedades da lógica seja tautologias, isso *mostra* as propriedades formais – lógicas – da linguagem, do mundo.

Numa notação adequada, as características essenciais de uma proposição lógica, como ser uma tautologia, e as propriedades estruturais da tautologia, podem ser vistas através do sinal proposicional relevante ou, em alguns casos, à partir da tabela de verdade relevante (4.442). Para capturar o que é essencial a uma tautologia, proposição ou contradição, devemos atentar para o que é essencial ao símbolo, para o que é intrínseco ao símbolo, e neste sentido podemos afirmar que *mostrar* é apresentar o que é intrínseco à uma

expressão. É digno de nota salientar que mostrar ou exibir o que é intrínseco ao símbolo não se limita à exibição visual. Qualquer coisa que permite ao usuário da linguagem capturar a forma lógica de um símbolo é tudo o que proporciona o mostrar. No caso de uma proposição mostrar o seu sentido, o que é a tese acima exposta - uma proposição (um pensamento) deve ter uma expressão que mostra o seu sentido -, o sentido é mostrado através do uso de tal proposição, sendo que uso no *Tractatus* é exibir a forma lógica de um símbolo, como em:

> (3.326) Para reconhecer o símbolo do sinal, deve-se atentar para o uso significativo.

> (3.327) É só com seu emprego lógico-sintático que o sinal determina uma forma lógica.

4.2 Análise

> (3.24) A proposição que trata do complexo está em relação interna com a proposição que trata da parte constituinte desse complexo. (...) A síntese do símbolo de um complexo num símbolo simples pode ser expressa por meio de uma definição.

Consideremos a proposição: “Minha vassoura está no canto” 58. A proposição pode ser expressa como “fa”, por exemplo, onde “a” é um símbolo para a vassoura e “f –" está para “- está no canto”. Como visto no início do capítulo dois, a vassoura é um exemplo do que é chamado de “um complexo” no *Tractatus* e, portanto “a” é um elemento proposicional que significa um complexo. (3.24) “(...) O complexo só pode ser dado por meio de sua descrição, e ela será ou não conforme. (...)”. Sendo assim, a vassoura pode ser dada pela descrição “o cabo de vassoura está fixo à escova”. Agora consideremos “b” como sendo o elemento proposicional que significa “o cabo de vassoura”, “c” o elemento proposicional que significa a “escova” e “-R--” para “- está fixo à --”. A descrição pode ser expressa por “bRc”. A vassoura existe se “bRc” for verdadeira; e não existe se for falsa. O cabo de vassoura estar fixo à escova, que é descrito por “bRc”, pertence à complexidade interna da vassoura59. Agora suponhamos que o cabo de vassoura e a escova estão ambos no canto. Se o cabo de vassoura estiver fixo à escova, então “fa” é verdadeira. Se não estiver fixo, então, de acordo com o *Tractatus*, é falsa. Para entendermos o sentido de “fa” completamente devemos saber sobre a complexidade interna relevante da vassoura, ou seja, a complexidade interna contribui para o sentido de “fa”.

(2.0201) “Todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desses complexos e nas proposições que os descrevem completamente”.

Por exemplo, a “vassoura está no canto” pode ser analisado em “o cabo de vassoura está no canto, a escova está no canto e o cabo de vassoura está fixo à escova”, isto é, “fa”

58 Entrada 60. Wittgenstein (1997).

59 No exemplo, em inglês, *broomstick* – “cabo de vassoura”. Poderíamos abreviar para apenas “cabo”, e ainda assim ficaria “cabo fixo à escova”, “bRc”, descrevendo a complexidade interna da vassoura, mas no exemplo de Wittgenstein nas *Investigações* é usado *broomstick*.

em “fb.fc.bRc”. Ao considerarmos (5.141) “Se *p* se segue de *q* e *q* de *p*, elas são uma e a mesma proposição”. Então temos que: fa ≡ (fb.fc.bRc)60. A expressão pode ser vista como uma definição contextual61 de “a” por meio dos outros símbolos. Visto que “bRc” é uma descrição do complexo “a”, a resolução de “fa” em “fb.fc.bRc” pode ser vista como a dissecação sintática, do ponto de vista do *Tractatus*, da complexidade interna do complexo “a”. No entanto, a complexidade interna de “a” que contribui para o sentido não está dissecada sintaticamente em “fa”, pois a expressão “fa” não mostra a complexidade interna que contribui para o sentido de “a”. Pode, no máximo, mostrar um sentido incompleto, ou parte do sentido da proposição. Vejamos a parte do aforismo citado no início da seção que foi omitida:

> (3.24c) Que um elemento proposicional designe um complexo, pode-se percebê-lo por uma indeterminação nas proposições em que aparece. *Sabemos* que, por meio dessa proposição, ainda não fica tudo determinado. (A designação da generalidade *contém*, na verdade, um protótipo de figuração).

O que acabamos de ver nos leva a duas conclusões, primeiro, que a expressão de uma proposição com um elemento significando um complexo tem uma indeterminação intrínseca e, portanto não mostra o seu sentido e, segundo, nos casos de elementos proposicionais significando complexos, a análise lógica é o processo de dissecação sintática da complexidade interna dos complexos.

> (4.002) O homem possui a capacidade de construir linguagens com as quais se pode exprimir todo o sentido, sem fazer idéia de como e do que cada

60 Kenny (1973: 79-80).

61 Que depende do contexto.

> palavra significa – como também falamos sem saber como se produzem os sons particulares. A linguagem corrente é parte do organismo humano, e não menos complicada que ele. É humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem. A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. E, na verdade, de um modo tal que não se pode inferir, da forma exterior ao traje, a forma do pensamento trajado; isso porque a forma exterior do traje foi constituída segundo fins inteiramente diferentes de tomar reconhecível a forma do corpo. Os acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem corrente são enormemente complicados.

Provavelmente o emprego de símbolos não-primitivos na linguagem faça parte dos acordos tácitos mencionados em (4.002). De fato, no *Tractatus* é defendido que todos os símbolos não-primitivos podem ser eliminados do simbolismo relevante62 e, como dito anteriormente, o *Tractatus* deriva a possibilidade da eliminação dos símbolos não-primitivos da tese que uma proposição mostra seu sentido.

> (3.251) A proposição exprime, de uma maneira determinada, claramente especificável, o que ela exprime: a proposição é articulada.

Se o sentido de uma proposição pode ser definido claramente, então o sentido da proposição é determinado. É importante notar que se uma proposição mostra o seu sentido, então, em um simbolismo adequado, podemos entender seu sentido ao inspecionar a expressão da proposição somente. A tese de que uma proposição mostra seu sentido assegura, necessariamente, a tese de que o sentido é determinado.

62 Talvez da própria linguagem?

(3.23) O postulado da possibilidade dos sinais simples é o postulado do caráter determinado do sentido.

A determinação do sentido garante a possibilidade da eliminação dos símbolos não-primitivos, ou, de forma equivalente, a possibilidade de análise completa para toda proposição. Para entendermos isso melhor, suponhamos que nem todos os símbolos não-primitivos possam ser eliminados. Bastaria achar uma proposição cujo sentido é indeterminado, pois o que está em jogo é que se uma proposição mostra o sentido, este é determinado. Se todos os símbolos não-primitivos são sempre capazes de serem eliminados, o que significa dizer que nem todos os símbolos não-primitivos podem ser eliminados? A única possibilidade é que exista uma proposição à qual o processo de análise não chega a um fim, e a cada passo deste infindável processo de análise resulte numa expressão contendo pelo menos um símbolo não-primitivo. Tal tipo de expressão, como mencionado antes, apresenta uma indeterminação intrínseca e, portanto, não mostra o seu sentido. Não podemos obter da expressão ou do processo de análise um sentido completo. Nesse caso simplesmente não há expressão que possa definir um sentido completo, caso contrário o processo de análise teria um fim.

(3.25) Há uma e apenas uma análise completa da proposição.

Demonstrado que a determinabilidade de sentido garante a possibilidade da eliminação completa de todos os símbolos não-primitivos, resta demonstrar que toda proposição tem uma análise completa única. Vejamos como isso é possível: a tese de que toda proposição tem uma análise completa única assegura que é possível estabelecer um simbolismo adequado, isto é, um simbolismo capaz de exprimir sentido sem usar nenhum símbolo não-primitivo. Para provarmos o inverso, devemos notar que se todos os símbolos não-primitivos podem ser eliminados, então é possível estabelecer um simbolismo

adequado sem nenhum símbolo não-primitivo. Uma vez adotado o simbolismo, toda proposição pode ser expressa como uma combinação de símbolos primitivos, e, portanto é completamente analisável.

A eliminação completa de todos os símbolos referenciais[63] não-primitivos dá origem aos símbolos primitivos referenciais.

(3.202) Os sinais simples empregados na proposição chamam-se nomes.

Os nomes são definidos como sendo os símbolos primitivos referenciais em expressões ou proposições completamente analisadas. O significado de um nome é o que contribui para a caracterização do sentido das proposições nas quais ele ocorre. O *Tractatus* identifica o objeto com o significado de um nome (3.203) e um nome como um representante de um objeto (3.22). A completa eliminação de símbolos não-primitivos não referenciais, ou constantes lógicas não primitivas (ver nota), dá origem a uma única constante lógica primitiva, que é simbolizada no sistema tractatiano por N.

(5.5) Toda função de verdade é um resultado da aplicação sucessiva da operação

(-----V)(ξ-----)

a proposições elementares. Essa operação nega todas as proposições entre os parênteses da direita e chamo-a a negação dessas proposições.

63 Elementos proposicionais significando complexos são símbolos não-primitivos referenciais e constantes lógicas não-primitivas são símbolos não-primitivos não-referenciais. Margutti Pinto (1996: 205).

No sistema tractatiano, N é a constante lógica primitiva, ou a única constante lógica fundamental por meio da qual outras constantes lógicas podem ser definidas. Os verdadeiros sinais primitivos gerais não são "*p* v *q*", "(∃*x*).f *x*", etc., mas a forma mais geral de suas combinações.

> (5.46) Corretamente introduzidos os sinais lógicos, já se teria com isso introduzido também o sentido de todas as suas combinações; portanto, não apenas "*p* v *q*", mas também "~(*p* v ~*q*)", etc., etc. Com isso já se teria introduzido também o efeito de todas as combinações meramente possíveis de parênteses. E com isso teria ficado claro que os sinais primitivos gerais propriamente ditos não são "*p* v *q*", "(∃*x*).f *x*", etc., mas a forma mais geral de suas combinações.

Um sinal primitivo geral é, portanto, a forma mais geral de combinações de um sinal lógico. Visto que o sistema tractatiano tem N como única constante lógica primitiva, todas as constantes lógicas são unificadas via forma geral das combinações de N. Se a constante lógica primitiva N também é não-referencial, temos que os produtos finais da eliminação completa de símbolos não-primitivos são símbolos primitivos referenciais, nomes, e o símbolo primitivo não referencial, a constante lógica não primitiva. Pelo o que vimos até agora, os símbolos podem ser classificados em primitivos referenciais (nomes), primitivos não referenciais (constante lógica primitiva N), símbolos referenciais não-primitivos (elementos proposicionais significando complexos), e símbolos não-primitivos não referenciais (constantes lógicas não primitivas).

Como um símbolo primitivo, um nome não pode, por definição, ter qualquer

conteúdo semântico sintaticamente dissecável. Lembremos o início do capítulo 1, que propositadamente apresenta uma introdução à ontologia sem apresentar, contudo, razões suficientes para sua fundamentação, o que está sendo feito neste capítulo, segundo os aforismos e questões destacados na dissertação:

(2.02) O objeto é simples.

(2.021) Os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos.

Um objeto, é simples, é desprovido de complexidade interna. Um nome não apresenta conteúdo semântico sintaticamente dissecável e seu significado, um objeto é desprovido de complexidade interna. Se um objeto é o significado de um símbolo primitivo, não pode apresentar complexidade interna sintaticamente dissecável. Então, ou um objeto é simples ou apresenta complexidade interna que não é sintaticamente dissecável. Resta-nos a rejeição da segunda alternativa. Pois, se um objeto apresenta uma complexidade interna não dissecável sintaticamente que contribui para o sentido, então o que contribui para o sentido não poderia ser sintaticamente dissecável e não haveria maneira de exibir o sentido completo através de uma expressão. A tese de que uma proposição mostra o seu sentido seria violada. Portanto, um objeto não pode apresentar complexidade interna que contribui para o sentido que não seja sintaticamente dissecável. Acrescente-se que um objeto, o significado de um nome, é lingüisticamente dependente, ou seja, contribui para os sentidos das proposições nas quais o nome relativo ocorre. Então, o que quer que pertença à natureza de um objeto deve contribuir para o sentido, donde, um objeto não pode apresentar complexidade interna que não seja semanticamente dissecável.

O resultado da eliminação de símbolos não-primitivos de uma expressão da

proposição é a unidade mínima de sentido, ou a função de verdade de unidades mínimas de sentido.

> (5.2341) O sentido de uma função de verdade de *p* é uma função do sentido de *p*. Negação, adição lógica, multiplicação lógica, etc., etc. são operações. (A negação inverte o sentido da proposição).

Uma unidade mínima de sentido não pode, claro, ser uma função de verdade propriamente dita, do contrário seria um caso de falácia lógica, *petitio principii* 64. Ela deve ser um conjunto de nomes ou uma combinação imediata de nomes, de qualquer maneira, contém apenas nomes. Como símbolos primitivos, não têm conteúdo semântico sintaticamente dissecável e se referem apenas a coisas desprovidas de complexidade interna. São como etiquetas para bolas indistinguíveis dentro de um saco. Não fazem sentido, não exprimem um sentido a não ser quando conectados de uma maneira determinada.

> (3.142) Só fatos podem exprimir um sentido, uma classe de nomes não pode.

Portanto, uma unidade mínima de sentido deve ser uma combinação imediata de nomes, expressão do que no *Tractatus* é chamado de "proposição elementar". Isso explica porque uma proposição elementar é, ou pode ser expressa como uma combinação imediata,

64 "Begging or assuming the point at issue consists (to take the expression in its widest sense) in failing to demonstrate the required proposition. But there are several other ways in which this may happen; for example, if the argument has not taken syllogistic form at all, he may argue from premises which are less known or equally unknown, or he may establish the antecedent by means of its consequents; for demonstration proceeds from what is more certain and is prior. Now begging the question is none of these. [...] If, however, the relation of B to C is such that they are identical, or that they are clearly convertible, or that one applies to the other, then he is begging the point at issue.... [B]egging the question is proving what is not self-evident by means of itself ... either because predicates which are identical belong to the same subject, or because the same predicate belongs to subjects which are identical." Aristoteles (2002).

ou concatenação, de nomes.

> (4.221) É óbvio que devemos, na análise das proposições, chegar a proposições elementares, que consistem em nomes em ligação imediata. Levanta-se aqui a questão: como se origina a liga proposicional?

Uma expressão de uma proposição pode ser dita “completamente analisada” se for uma combinação imediata de nomes ou a combinação de funções de verdade (função de verdade) de combinações imediatas de nomes, combinação que não contém componentes logicamente equivalentes. Não conter componentes logicamente equivalentes evita que casos como “~ ~ P” and “P v P v Q” sejam considerados como expressões completamente analisadas.

De modo mais claro, a eliminação de todos os símbolos não-primitivos em uma expressão de uma proposição dá origem a expressão completamente analisada da proposição, que é uma combinação imediata de nomes, ou o resultado da aplicação da operação lógica primitiva, simbolizada pela constante lógica primitiva, na combinação imediata de nomes.

> (5) A proposição é uma função de verdade das proposições elementares. (A proposição elementar é uma função de verdade de si mesma).

O emprego dos nomes e das constantes lógicas do simbolismo adequado produz combinações de funções de verdade de proposições elementares, que não precisam ser

proposições, podem ser também tautologias. Se uma proposição lógica é expressa por meio de um simbolismo adequado, contendo nomes e constantes lógicas somente, deve ser estruturada nos termos destes nomes e constantes lógicas. Segue-se que todos os símbolos não-primitivos em uma expressão de uma proposição lógica podem ser também eliminados a partir das mesmas definições que são usadas para eliminar os mesmos símbolos não primitivos de expressões de proposições (não-lógicas) nas quais ocorrem. Sendo assim, está demonstrado que a tese da analiticidade65 se segue da possibilidade da eliminação completa dos símbolos não-primitivos, possibilidade esta que, por sua vez, deriva da tese de que a proposição mostra o seu sentido.

4.3 Contingência

65 (a) Todas as proposições (genuínas) e todas as proposições lógicas são funções de verdade de proposições elementares. (início do cap.4).

(4.01) A proposição é uma figuração da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como pensamos que seja.

A Teoria Pictórica parece ser o único mecanismo no *Tractatus* que dá conta das proposições elementares exprimirem sentido, subordinadas ao fato de que uma proposição deve mostrar seu sentido. Afinal, uma proposição é uma figura da realidade porque compreendemos seu sentido sem este nos ter sido explicado, e nós podemos fazer isso porque uma proposição mostra o seu sentido.

(4.02) É o que se vê a partir do fato de entendermos o sentido do sinal proposicional sem que ele nos tenha sido explicado.

Uma expressão de uma proposição elementar, completamente analisada, contém nomes concatenados, tem uma estrutura, é um fato. A combinação imediata de significados de nomes, objetos, é chamada no *Tractatus* de “estado de coisas” (2.01). A maneira determinada pela qual objetos estão conectados uns aos outros num estado de coisas é chamada 'estrutura', para a qual a possibilidade desta é chamada 'forma' do estado de coisas (2.032). Um objeto tem sua possibilidade combinatória e, portanto, tem sua forma (2.0141). Um estado de coisas possível tem uma forma e se existir, tem uma estrutura. Um fato é definido como a existência de estados de coisas, e, portanto, também tem uma forma e uma estrutura (3.14)66. Ora, se um fato exprime um sentido, devemos atentar que está sujeito a restrição de que tudo o que exprime um sentido deve **mostrar** seu sentido. Se faz oportuna a exposição da série de seis aforismos que falam sobre como é estabelecida a relação pictorial:

66 Como esses pontos estão sendo apenas revisados, é presumido que não se faz necessária a apresentação repetida dos aforismos citados. Os aforismos não citados anteriormente serão expostos normalmente.

(2.1511) É assim que a figuração se enlaça com a realidade; ela vai até a realidade.

(2.2512) Ela é como uma régua aposta à realidade.

(2.15121) Apenas os pontos mais externos das marcas da régua *tocam* o objeto a ser medido.

(2.1513) Segundo essa concepção, portanto, à figuração pertence também a relação afiguradora, que faz figuração.

(2.1514) A relação afiguradora consiste nas coordenações entre os elementos da figuração e as coisas.

(2.1515) Essas coordenações são como que as antenas dos elementos da figuração, com as quais ela toca a realidade.

O que podemos extrair, num primeiro momento, desse conjunto de aforismos sobre a teoria pictórica, é que a preocupação de Wittgenstein, ao inserir as noções de "mensuração", "coordenação" e imagens como "régua" e "antena", está voltada para a restrição de que apenas objetos que têm a mesma forma dos elementos constituintes da figura podem ser correlacionados a tais elementos. É nesse sentido que uma figura representa a possibilidade de estados de coisas, ou estados de coisas possíveis (2.2–2.203). Em uma figura, o fato de que elementos estão relacionados uns com os outros representa que objetos estão relacionados uns com os outros da mesma maneira determinada.

(2.15) Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma

> determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras. Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se estrutura; a possibilidade desta, sua forma de afiguração.

Um fato é constituído em uma figura, e sua forma, que é constituída pela forma de seus elementos constituintes, quando estes denotam elementos que constituem estados de coisas da mesma forma, se torna a forma da figuração. Uma proposição elementar, como uma figura, assere que os significados dos seus nomes constituintes estejam conectados uns nos outros da mesma maneira determinada que os nomes constituintes, isto é, assegura a existência de um possível estado de coisas representado por meio de seus nomes constituintes e de sua forma.

> (4.21) A proposição mais simples, a proposição elementar, assere a existência de um estado de coisas.

O sentido de uma proposição elementar, ou de uma figura, é introduzido em (2.221) como o possível estado de coisas que ela representa. No *Tractatus* uma proposição elementar *mostra* o sentido, ou o estado de coisas que ela representa, apenas pelo o que lhe é intrínseco. Lembremos que, como dito anteriormente, apenas objetos que têm a mesma forma dos elementos constituintes da figura podem ser correlacionados a tais elementos. Ora, os nomes constituintes de uma proposição elementar são representantes de objetos simples. Visto que objetos simples não apresentam complexidade interna, nenhuma outra proposição pode dissecar sintaticamente o conteúdo semântico de seus representantes. Eles são indistinguíveis entre objetos que compartilham da mesma forma. Para distingui-los de outros objetos de diferentes formas, denotados por nomes constituintes de outras proposições elementares, claro, é preciso da forma pictórica, que é somente intrínseca à

proposição elementar. Ademais, a forma e os nomes constituintes, ambos intrínsecos à uma proposição elementar, são suficientes não apenas para representar, mas também mostrar os possíveis estados de coisas, isto é, seu sentido.

Uma proposição elementar é verdadeira se o seu sentido, ou o estado de coisas que representa, existe, e é falsa se não existe (4.022–4.024). Apesar de que, o quê uma proposição elementar representa (pode representar) ser completamente determinado por sua forma e seus elementos constituintes de modo intrínseco, a existência do quê ela representa é extrínseca. O que parece trivial serve para assinalar que nada do que é intrínseco a uma proposição elementar pode dizer se o que ela representa existe ou não. Como resultado, a definição de relação de verdade (4.022–4.024) e a maneira como uma proposição elementar representa seu sentido (teoria pictórica), garantem a tese da contingência67. A tese da contingência pode ser derivada da teoria pictórica, que pode ser deduzida da tese que uma proposição mostra o seu sentido e da tese de que duas expressões (proposicionais) logicamente equivalentes são expressões da mesma proposição.

4.4 Independência

(5.152) Proposições que não tenham em comum nenhum argumento de

67 (b). Toda proposição elementar é contingente (início do cap.4).

> verdade, chamamos de mutuamente independentes. Duas proposições elementares conferem uma à outra a probabilidade ½. Se *p* se segue de *q*, a proposição "*q*" confere à proposição "*p*" a probabilidade 1. A certeza da inferência lógica é um caso-limite da probabilidade. (Aplicação à tautologia e à contradição.

Dada a definição de probabilidade em (5.15–5.151), fica garantido que o *Tractatus* defende que duas proposições não têm argumentos de verdade em comum uma com a outra e, portanto são logicamente independentes[68]. Para conclusão deste capítulo defenderei minha última hipótese, a de que a tese da independência[69] é derivada da tese de que uma proposição mostra o seu sentido.

(5.134) De uma proposição elementar, nenhuma outra se pode deduzir.

O *Tractatus* parece tomar a noção que uma proposição elementar não pode implicar em outra proposição elementar como uma conseqüência lógica do que é desenvolvido antes do aforismo acima, especialmente em:

(5.124) A proposição afirma toda proposição que dela se segue.

> (5.13) Que a verdade de uma proposição se siga da verdade de outras, vê-se pela estrutura das proposições.

68 Black (1971: 247–248).

69 (c). Proposições elementares são mutuamente logicamente independentes (início do cap.4).

Uma proposição ocorre em outra proposição que a encerra “estruturalmente”. Estruturalmente quer dizer aqui, com base nas operações de verdade:

> (5.54) Na forma proposicional geral, a proposição ocorre na proposição apenas como base das operações de verdade.

Agora suponhamos que uma proposição elementar “P” implique em outra proposição elementar “Q”. Então “Q” ocorre em “P” como operação de verdade. Isso entraria em contradição com a suposição de que “P” é uma proposição elementar, pois como vimos em (5.134) uma proposição elementar não pode implicar em outra proposição elementar. O aforismo (5.134), juntamente com (4.211), compõem a tese da independência[70].

> (4.211) É um sinal da proposição elementar que nenhuma proposição elementar possa estar em contradição com ela.

Lembremos que uma expressão completamente analisada de uma proposição elementar é uma combinação imediata de nomes. Se considerarmos que uma expressão completamente analisada de uma proposição só pode ocorrer em uma expressão completamente analisada de uma outra proposição como base de operações de verdade (5.54), então, como uma combinação imediata de nomes, não pode conter uma expressão de nenhuma proposição a não ser ela mesma. Por conseguinte, nenhuma expressão

70 Griffin (1969: 76-77).

completamente analisada de uma proposição elementar pode conter uma expressão completamente analisada de outra proposição. Ademais, se uma proposição implica uma proposição elementar, ou a negação de uma proposição elementar, então toda expressão completamente analisada daquela contém uma expressão completamente analisada das operações de verdade da última. Ora, isso não é mais nem menos que um corolário da teoria pictórica, que, como vimos na seção 4.3, pode ser deduzida da tese que uma proposição mostra o seu sentido e da tese de que duas expressões (proposicionais) logicamente equivalentes são expressões da mesma proposição.

Para vermos isso mais claramente, suponhamos que uma proposição “P” implique outra proposição “Q”, e que “Q” é uma proposição elementar (ou a negação de uma proposição elementar). Tomemos “fa” (ou “~fa”) como a expressão completamente analisada de “Q”, onde “f” e “a” são nomes. Então “P” deve afirmar o que “fa” (ou “~fa”) afirma. Ou seja, as condições de verdade, ou o sentido, de “P” devem conter “fa” (ou “~fa”). E pela teoria pictórica, vimos que “fa” é verdadeiro se for o caso que fa; e falso se não for o caso. “~fa” é verdadeiro se não for o caso que fa. É falso se for o caso que fa. Então “P” deve também mencionar “f” e “a” na mesma combinação como apresentado por seus representantes (teoria pictórica), isto é, “f” e “a” em “fa” (ou “~fa”). Por conseguinte, cada expressão completamente analisada de “P” contém um sinal proposicional que é a expressão completamente analisada de “fa”, isto é “Q” (ou “~f”, que é “~Q”), conforme (5.54), deve contê-lo como função de verdade.

Para concluirmos, devemos ainda considerar (4.211), a lembrar, que em conjunto com (5.54) forma a tese da independência. Suponhamos que há duas proposições elementares diferentes, “P” e “Q”, de modo que “P” implique em “~Q” Se “Q*” é a expressão completamente analisada de “Q”, então “~Q*” é uma expressão completamente analisada de “~Q”. Se considerarmos que, como visto antes, se uma proposição implica uma proposição elementar, então toda expressão completamente analisada daquela contém

uma expressão completamente analisada das operações de verdade da última, ao supormos que “P” implica “~Q”, temos que toda expressão completamente analisada de “P” contém uma expressão completamente analisada das operações de verdade “~Q”. Tendo em vista que nenhuma expressão completamente analisada de uma proposição elementar pode conter uma expressão completamente analisada de outra proposição, a única possibilidade que resta é que “P” e “~Q” sejam uma e a mesma proposição. Então “~Q*” é a expressão completamente analisada de “P”. Mas “~Q*” não é uma combinação imediata de nomes. Visto que uma expressão completamente analisada de uma proposição elementar deve ser uma combinação imediata de nomes, “P” não pode ser uma proposição elementar. Uma proposição elementar não pode implicar na negação de outra proposição elementar, nenhuma proposição elementar pode estar em contradição com outra proposição elementar (4.211).

4.5 Abandono do Atomismo Lógico

Como visto no final da seção anterior é fácil capturar a essência do atomismo lógico do *Tractatus*, mas é difícil demonstrar sua plausibilidade. O abandono do atomismo lógico por Wittgenstein compreende duas etapas principais bem definidas[71]. A primeira tem como marco o artigo de 1929 *Some Remarks on Logical Form*[72] que mostra a insatisfação do autor com vários aspectos do atomismo, em especial a tese da independência das proposições elementares. No entanto, durante essa fase, Wittgenstein ainda trabalha com a concepção de análise que foi apresentada no *Tractatus*. Já a segunda fase, que se deu a partir dos anos 30, envolve um rompimento completo com a concepção do atomismo lógico.

A objeção mais importante da tese da independência, que foi definida na seção 4.4 do capítulo terceiro a partir do aforismo (4.211)[73] "É um sinal da proposição elementar que nenhuma proposição elementar possa entrar em contradição com ela", compreende o que Wittgenstein chamou de "problema da exclusão das cores". Como vimos na seção anterior, é possível a cada proposição elementar ser verdadeira ou falsa independentemente da verdade ou falsidade das outras.

De maneira geral, o problema pode ser tratado como “o problema da incompatibiliadde manifesta”. Suponhamos que *a* seja um ponto no campo visual. Considere as proposições *P*: “*a* é azul” e *Q*: “*a* é vermelho” (temos que ter em conta que “azul” e “vermelho” sejam referências determinadas de espectros de cor). É claro que *P* e *Q* não podem ser verdadeiras juntas e, ao que tudo indica, parece que a impossibilidade de que uma proposição exclua outra não é uma impossibilidade lógica . Wittgenstein identifica o problema desde há época do *Tractatus* e tenta tratá-lo da seguinte maneira:

(6.3751) Que, p.ex., duas cores estejam ao mesmo tempo num lugar do

71 Proops (2004).
72 Wittgenstein (1929).
73 Em conjunto com o aforismo (5.134).

> campo visual é impossível e, na verdade, logicamente impossível, pois a estrutura lógica das cores o exclui. Pensemos na maneira como essa contradição se apresenta na física; mais ou menos assim: uma partícula não pode ter, ao mesmo tempo, duas velocidades; isso quer dizer que não pode estar, ao mesmo tempo, em dois lugares; isso quer dizer que partículas que estejam em lugares diferentes a um só tempo não podem ser idênticas. (É claro que o produto lógico de duas proposições elementares não pode ser nem uma tautologia nem uma contradição. O enunciado de que um ponto do campo visual tem ao mesmo tempo duas cores diferentes é uma contradição).

Segundo Ramsey74 o aforismo (6.3751) não é bem sucedido em revelar a efetiva incompatibilidade lógica entre os enunciados em questão. Pois, como Ramsey bem coloca, mesmo garantindo uma redução à fenomenologia da percepção das cores a fatos sobre velocidades de partículas, o fato de que uma e a mesma partícula não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo parece uma verdade sintética *a priori*. Contudo, parece que Wittgenstein estava a par deste problema, o de não ter desenvolvido a análise do problema o suficiente para trazer à tona uma contradição lógica, mas parece que considerava estar caminhando na direção correta:

> The fact that a particle cannot be in two places at the same time does look more like a logical impossibility [than the fact that a point cannot be red and green at the same time]. If we ask why, for example, then straight away comes the thought: Well, we should call particles that were in two places [at the same time] different, and this in its turn all seems to follow from the structure of space and particles.75

O artigo *Some Remarks on Logical Form* marca o fim do otimismo de Wittgenstein em relação à questão, quando finalmente aceita que algumas incompatibilidades não podem

74 Ramsey (1923: 465–74).
75 Wittgenstein (1969a).

ser reduzidas à impossibilidades lógicas. Tal mudança de posição parece ter sido ocasionada ao rever considerações de incompatibilidades envolvendo a atribuição de qualidades que envolvem gradações. Por exemplo, o tom de uma nota musical, o brilho de um espectro de cor, entre outros. Consideremos os enunciados: "A tem exatamente dois graus de brilho" e "A tem exatamente um grau de brilho". O desafio é promover a análise desses enunciados para que a impossibilidade lógica de serem verdadeiros juntos se torne explícita. A sugestão de Wittgenstein adapta quantificadores numericamente definidos ao sistema descrito no *Tractatus*:

$(\exists x)$ (B(x) & A tem x) & $\sim(\exists x,y)$ (B(x) & B(y) & A tem x e A tem y)

"('Bx' significa 'x é um grau de brilho')" e "$(\exists x,y)$ (B(x) & B(y) & A tem x e A tem y) & $\sim(\exists x,y,z)$ (B(x) & B(y) & B(z) & A tem x & A tem y & A tem z)".

Porém esta sugestão não dá certo. A formulação acima sugere que quando duas coisas têm o mesmo grau de brilho, pode haver uma pergunta significativa sobre quais dos dois – x ou y - realmente era, como se o grau de brilho fosse uma espécie de corpúsculo[76], que em associação com a coisa a fizesse brilhar (mais brilhante ou menos brilhante). Ora, isso não é nem de perto uma atribuição de qualidade. Wittgenstein finalmente abandona a idéia da independência das proposições elementares e conclui que termos para números reais devem entrar em proposições atômicas, de modo que a impossibilidade de algo ter exatamente um e exatamente dois graus de brilho emerge como uma impossibilidade matemática irredutível. O que contradiz o aforismo (6.37), segundo o qual toda necessidade é uma necessidade lógica:

76 Klagge (1993).

> (6.37) Não há coerção em virtude da qual, porque algo aconteceu, algo mais deva acontecer. Só há necessidade lógica.

Nas Investigações Filosóficas Wittgenstein parte para o ataque à análise. O exemplo da vassoura, retirado da entrada 60 das *Investigações* não foi acidental na seção 4.1, que trata da análise, pois é justamente nessa entrada que é criticada a noção de análise. Wittgenstein levanta o problema ao perguntar:

> Se digo: "Minha vassoura está no canto", isto é propriamente uma asserção sobre o cabo da vassoura e a escova da vassoura?

Parece que nós podemos substituir a declaração sobre a vassoura por outra que diz respeito à escova, ao cabo de vassoura e suas relações mútuas. Devemos então dizer que fornecemos uma análise para a proposição original de modo que decompomos seu sentido em suas partes constituintes? É tentador responder afirmativamente, mas o que Wittgenstein coloca em questão é que, dada qualquer proposição, digamos "S é P", para continuarmos sem originalidade, uma suposta descrição ulterior do objeto "S" acrescentaria conhecimento sobre a proposição que o concerne. A suposição é engenhosa, no entanto Wittgenstein percebe que um conhecimento detalhado, por exemplo, de como é a escova e de como ela está em relação ao cabo da vassoura acrescentaria conhecimento sobre a vassoura, mas não faria aumentar o nosso conhecimento sobre o sentido da asserção de que a vassoura está no canto.

Esses e muitos outros argumentos, melhor elaborados e, por Wittgenstein, às vezes

apresentados sob a forma de jogos, foram construídos para derrubar de uma vez por todas o atomismo do *Tractatus*. Para esta dissertação eles não são tão interessantes, tampouco necessários. No entanto, são de grande valia para o reconhecimento de que não foi defendido neste trabalho que as teses do *Tractatus* estão absolutamente corretas, mas são sem dúvida teses filosóficas genuínas, tão consistentes que foram debatidas, pelo próprio Wittgenstein e depois por muitos outros, durante longos anos, até os dias de hoje, por uma série de intrincadas argumentações filosóficas, como será melhor explicado na conclusão.

5. Conclusão

No início do quarto capítulo foi dito que a tese principal a ser defendida neste trabalho pretende salvaguardar a noção de que uma proposição mostra o seu sentido contra

uma nova e devastadora interpretação do *Tractatus* defendida por importantes comentadores. Segundo estes, tanto o primeiro quanto o segundo Wittgenstein teriam uma concepção deflacionária da Filosofia, de acordo com a qual o autor em questão não tem questões filosóficas genuínas e não dá andamento a nenhuma tese. No caso específico do *Tractatus* é afirmado que, à exceção de algumas indicações de "efeito" que sugerem como o livro deve ser lido, a obra do jovem Wittgenstein não passa de um amontoado de contra-sensos e mesmo as observações sobre a doutrina do *mostrar* devem ser, por fim, abandonadas ao status de *nonsense.*

Após a passagem pelas introduções à ontologia e ao sistema de linguagem do *Tractatus*, fomos apresentados, fundamentalmente, a um tipo de defesa que não pretende isolar a obra do jovem Wittgenstein das críticas posteriores que ele mesmo apresentou nas *Investigações Filosóficas*. Muito pelo contrário, a defesa de que a tese da independência, da analiticidade e da contingência são corolários para a tese de que a proposição mostra o seu sentido aponta justamente para a maior parte dos fundamentos do chamado atomismo lógico77, que é um dos principais alvos do "último" Wittgenstein. A estratégia que serviu à redação deste trabalho não isenta o *Tractatus* de tais críticas, sendo que a mais conhecida delas será exposta em breve. Contudo, tenta afastar o *Tractatus* das críticas de cunho aniquilatório da "nova leitura" 78 ao apresentar **teses filosóficas** substanciais que mais tarde o mesmo Wittgenstein reconhece como errôneas, por considerá-las doutrinárias, mas não contra-sensos.

77 "Maior parte" porque o atomismo lógico do *Tractatus* compreende, além do lingüístico (análise, independência e contingência) e metafísico (objetos e substância), o atomismo epistemológico, que trata de como podemos saber que algo é um objeto tractatiano, tópico não tematizado neste trabalho. Segundo Proops (2004), o atomismo lógico pode ser desmembrado nos seguintes tópicos: "(i) Every proposition has a unique final analysis which reveals it to be a truth-function of elementary propositions ((Tractatus 3.25, 4.221, 4.515); (ii)These elementary propositions assert the existence of atomic states of affairs (3.25, 4.21); (iii) Elementary propositions are mutually independent — each one can be true or false independently of the truth or falsity of the others (4.211, 5.134); (iv) Elementary propositions are immediate combinations of semantically simple symbols or "names" (4.221); (v) Names refer to items wholly devoid of complexity, so-called "objects" (2.02 & 3.22); (vi) Atomic states of affairs are combinations of these simple objects (2.01)."

78 Termo tirado de Proops (2001).

O que está em jogo é o fato de que, se a “nova leitura” estiver correta, não há espaço para uma interpretação que envolva a atribuição de posição filosófica substancial no *Tractatus*. O que é defendido no capítulo quatro, com a ajuda teórica dos capítulos expositivos da parte relevante aos argumentos em dois e três, não é a verdade do atomismo lógico, mas a validade, como teses filosóficas, de noções centrais a um dos maiores trabalhos filosóficos do século vinte. Portanto, o que é defendido, além da tese explícita do capítulo quatro, é o fato de que há uma porção considerável de *insights* filosóficos iluminadores no *Tractatus*, e se este trabalho se detém em uma parcela problemática da obra do jovem Wittgenstein, é justamente porque nessa parcela o autor considera, mais tarde, a importância dos erros de teses filosóficas substanciais e não um mero apanhado de *nonsense*, o que o afasta, anos depois, da idéia de que o processo de análise lógica traz à tona algo que está escondido na proposição.

Parece que os adeptos da “nova leitura” levaram muito a sério o penúltimo aforismo do *Tractatus*:

> (6.54) Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.) Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente.

Não apenas parece que deram ênfase em demasia à recomendação de Wittgenstein, como também tiraram vantagem da natureza aparentemente paradoxal das observações sobre o *mostrar*, quando o autor muitas vezes acaba dizendo coisas às quais ele clama não poderem ser ditas, mas somente mostradas. Devemos ter em conta que se a noção de *mostrar* no *Tractatus* for tão incoerente quanto os adeptos da “nova leitura” pressupõem, apenas a primeira parte da defesa desta tese será válida, pois as outras teses ainda

dependerão da distinção entre dizer e mostrar, mas tudo não passa de um contra-senso.

Parece que a maior contribuição de autores como Cora Diamond em relação à filosofia de Wittgenstein, em especial à primeira parte de sua obra, foi apontar para o fato de que, em casos extremos como o de num encadeamento de contra-sensos, o maior absurdo não seria se considerássemos que ele fosse capaz de mostrar algo que não pudesse ser posto em palavras, mas que esse mesmo contra-senso diria se fizesse sentido. Seria o caso de absurdos desorientadores (*misleading nonsense*), em oposição aos absurdos esclarecedores (*illuminating nonsense*). Infelizmente, como vimos, parece que mesmo a distinção *dizer / mostrar* do *Tractatus* é tratada por tais autores como desorientadora. Por outro lado, Peter Hacker, em livro recente79, enfatizou que o veículo do *mostrar* é usualmente dito no *Tractatus* como sendo característica, (a) sinal distintivo de uma linguagem com sentido ou como sendo (b) tautologias e contradições (*sinnlos*):

> (a) (4.1211) Assim, uma proposição *"fa"* mostra que o objeto *a* aparece em seu sentido; duas proposições *"fa"* e *"ga"*, que tratam do mesmo objeto. Se duas proposições se contradizem, sua estrutura mostra isso; do mesmo modo, se uma se segue da outra. E assim por diante.

> (b) (4.461) A proposição mostra o que diz; a tautologia e a contradição, que não dizem nada. A tautologia não tem condições de verdade, pois é verdadeira incondicionalmente; e a contradição, sob nenhuma condição. Tautologia e contradição não têm sentido. (Como o ponto de que partem duas flechas em direções opostas.) (Nada sei, p.ex., a respeito do tempo, quando sei que chove ou não chove).

79 Hacker (2001: 356).

E como Ian Proops acrescenta80, embora seja pragmaticamente auto-destrutivo afirmar algo como “p não é dizível, mas é mostrado pelo fato de que q” 81, o *Tractatus* contém outras formulações da noção do *mostrar* que parecem driblar esta dificuldade. Por exemplo, Wittgenstein diz, em conexão clara com o axioma da infinitude de Russell:

> (5.535) Com isso liquidam-se também todos os problemas que estavam associados a tais pseudoproposições. Agora, todos os problemas que o “Axiom of Infinity” de Russell acarreta já se podem resolver. O que cumpriria ao Axiom of Infinity dizer exprimir-se-ia na linguagem por haver uma infinidade de nomes e significados diferentes.

Com esse aforismo Wittgenstein se refere à um objeto de insight inexprimível, mas sem expressá-lo. E em carta para Russell82 em 19 de agosto de 1919:

> What you want to say by the apparent proposition ‘there are 2 things’ is shown by there being two names which have different meanings.

Por fim, vale lembrar que as defesas mais plausíveis da doutrina do mostrar não são baseadas na noção de que “o que é mostrado” seja uma verdade inefável83, mas à maneira como o tema foi tratado na presente dissertação: uma característica do estado de coisas (4.1221; 4.112) – por exemplo, como as coisas estão se uma proposição for verdadeira84 (4.022), forma lógica (4.121) e relação interna entre as formas das proposições (4.1211).

---

80 Proops (2001: 5).

81 Cora Diamond diz que quem se compromete com enunciados deste tipo está “amarelando”. Em inglês “chickening out”. Diamond (1991: 181).

82 Wittgenstein (1974: 126).

83 Muitas teses famosas trabalham com essa noção.

84 Introdução ao sistema de linguagem, cap. 3 desta tese.

BIBLIOGRAFIA:

ANSCOMBE, G. E. M. (1971). *An Introduction to Wittgenstein Tactatus*. 4.ed. Londres: Huchinson University Library.

ARISTOTLE (2002). *Aristotle: Categories. On Interpretation. Prior Analytics*, Traduzido por H.P. Cooke e Hugh Tredennick. Loeb Classical Library. Cambridge: Cambridge University Press.

BLACK, M. (1971). *A Companion to Wittgenstein´s Tractatus*. Cambridge: Cambridge University Press.

CHEUNG, L. K. C. (2004). “Showing, Analysis and The Truth-Functionality of Logical Necessity in Wittgenstein´s Tractatus”. Kluwer Academic: Synthese 139: 81-105.

CONNANT, J. (2001). *Wittgenstein. Biography and Philosophy*, Cambridge: Cambridge University Press.

CUTER, J. V. G. (1993). *A Teoria da Figuração e A Teoria dos Tipos. O Tractatus no contexto do projeto logicista*. Tese de Doutorado em Filosofia, Universidade de São Paulo.

DIAMOND, C. (1991). *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind*. Cambridge: The MIT Press.

DUMMETT, M. (1978). *Truth and Other Enigmas*. Londres: Duckworth.

FOGELIN, R. J. (1996). *Wittgenstein*. Londres: Routledge & Kegan Paul.

FREGE, G. (1967). *Concept Script, a formal language of pure thought modelled upon that of arithmetic*, In: *From Frege to Gödel: A Source Book in Mathematical Logic, 1879-1931*, J. vanHeijenoort (org.), Cambridge (Mass): Harvard University Press.

___.*The Basic Laws of Arithmetics* (1964). Berkeley/CA: University of California Press.

___. (1978). “Sobre o Sentido e a Referência”. In: *Lógica e a Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, pp. 59-86.

GRIFFIN, J. (1969). *Wittgenstein´s Logical Atomism*. Londres, Seattle: University of Washington.

HACKER, P. M. S. (1986). *Insight and Illusion*. New York: Oxford University Press.

___. (2001). *Wittgenstein: Connections and Controversies.* Oxford: Clarendon Press.

HERTZ, H. (1956). *The Principles of Mechanics Presented in a New Form*, Nova Iorque: Dover Publications.

HINTIKKA, M.B. e HINTIKKA J. (1986). *Investigating Wittgenstein*. Oxford: Basil Blackwell.

JANIK. A. e TOULMIN, S. (1991). *A Viena de Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Campus.

KENNY, A. (1973). *Wittgenstein*, Londres: Penguin.

KLAGGE J. e NORDMANN A. (1993). *Ludwig Wittgenstein: Philosophical Occasions 1912–1951*. Indianapolis and Cambridge: Hackett Publishing Company.

MARGUTTI PINTO, P. R. (1998). *Iniciação ao Silêncio.* São Paulo, Loyola.

MARQUES, J. O. A. (1998). *Forma e representação no Tractatus de Wittgenstein*. Tese de Doutorado em Filosofia, Unicamp.

MALCOLM, N. (1989). *Ludwig Wittgenstein: A Memoir*. Oxford: Oxford University Press.

McGUINNESS, B. (1981). "The So-called Realism of The Tractatus". In: BLOCK, I. Org. *Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein*. Cambridge (Mass.): M.I.T. Press.

___. (1974). *Theoretical Physics and Philosophical Problems*, Reidel: Dordrecht.

___.(1988). *Wittgenstein: A life. Young Ludwig* (1889-1921). Londres: Penguin.

PÂRVU, I. (2001). “Mein Grundgedanke Ist. . . The Structural Theory of Representations as The Metaphysics of Wittgenstein's Tractaus-Logico-Philosophicus”. Kluwer Academic: Synthese 129: 259-274.

PEARS, D. F. (1988). *The False Prison: A Study of the Development of Wittgenstein´s Philosophy*. Oxford: Clarendon.

PROOPS, I. (2000). *Logic and Language in Wittgenstein's Tractatus*. Nova Iorque e Londres: Garland.

___. (2001). “The New Wittgenstein: a Critique”. European Journal of Philosophy, 3: 375-404 (30).

___. (2004). "Wittgenstein's Logical Atomism". Standford Encyclopedia of Philosophy, (summer 2007 edition). URL = <http://plato.stanford.edu/entries/wittgenstein-atomism/>

RAMSEY, F. (1978). “Universals”. In: *Foundations*. Atlantic Highlands: Humanities Press, 152-212.

STENIUS, E. (1981). *Wittgenstein's Tractatus*. *A Critical Exposition on it's Main Lines of Thought*. Westport: Greenwood Press.

WITTGENSTEIN, L. (1969a). *Notebooks, 1914-1916*. Org. G. H. Von Wright e G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell.

___.(1969b). *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. de D. F. Pears e B. F. McGuinness. Londres: Routledge & Kegan Paul.

___.(1994). *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad., notas e ensaio introdutório de Luiz Henrique L. Santos. 2. ed. São Paulo: Edusp.

___.(1974). *Letters to Russell, Keynes and Moore*. Edit. by G. H. Von Wright and G. E. M. Anscombe. Trad. de G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell.

___.(1974). *Philosophical Grammar*. Org. Rush Rhees. Trad. de Anthony Kenny. Berkeley/CA: University of California Press.

___.(1997). *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell.

___.(1929). "Some Remarks on Logical Form", In: Proceedings of the Aristotelian Society, Suppl. vol.9, 162-171. URL = <http://www.geocities.jp/mickindex/wittgenstein/witt_SRoLF_en.html>.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo